

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**IMAGENS SOCIAIS E INFÂNCIA: CONCEPÇÕES E
ESTIGMAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Juliano Beck Scott

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

IMAGENS SOCIAIS E INFÂNCIA: CONCEPÇÕES E ESTIGMAS

Juliano Beck Scott

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP, Ênfase em Psicologia da Saúde, Área de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Cardoso Siqueira

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Beck Scott, Juliano
Imagens Sociais e Infância: Concepções e Estigmas /
Juliano Beck Scott.-2016.
80 p.; 30cm

Orientador: Aline Cardoso Siqueira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2016

1. Direitos 2. Imagens Sociais 3. Infância 4.
Institucionalização I. Cardoso Siqueira, Aline II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

IMAGENS SOCIAIS E INFÂNCIA: CONCEPÇÕES E ESTIGMAS

Elaborada por **Juliano Beck Scott**

como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**

COMISSÃO EXAMINADORA

Aline Cardoso Siqueira, Dr^a
(Presidente/Orientador)

Débora Dalbosco Dell’Aglío, Dr^a (UFGRS)

Everley Rosane Goetz, Dr^a (UFSM)

Santa Maria, 18 de janeiro de 2016.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

IMAGENS SOCIAIS E INFÂNCIA: CONCEPÇÕES E ESTIGMAS

AUTOR: JULIANO BECK SCOTT

ORIENTADORA: ALINE CARDOSO SIQUEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de janeiro de 2016.

Este estudo constitui-se em um recorte de pesquisa transcultural entre Brasil e Portugal, a qual teve como intuito conhecer as imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados, não-institucionalizados e suas famílias. Assim, utilizou-se de dados coletados no Brasil referente às crianças, de estatuto socioeconômico médio e baixo, e às crianças em acolhimento institucional, e configura-se como de caráter quanti-qualitativo. Participaram do estudo 83 adultos, residentes em três municípios do estado do Rio Grande do Sul com idade entre 16 e 62 anos ($M = 31,99$, $D.P = 11,46$), que indicaram 648 características para descrever crianças de diferentes contextos (institucionalizadas, de estatuto socioeconômico médio e baixo). Foi utilizado um questionário aberto e a análise dos dados ocorreu em três etapas: a primeira etapa consistiu de uma análise de conteúdo, a segunda numa análise de juízes por consenso e a terceira em uma análise de frequências. Essas etapas permitiram a identificação final de 404 atributos associados ao foco do estudo. Os resultados encontrados demonstraram um predomínio de imagens negativas sobre as crianças pertencentes ao estatuto socioeconômico baixo, bem como as crianças institucionalizadas, em contraponto às crianças pertencentes ao estatuto socioeconômico médio, em que predominaram imagens mais positivas. O Teste Z identificou diferença significativa em todas as categorias de análise para a criança institucionalizada, sendo que os aspectos negativos foram mais frequentes que os aspectos positivos. Além disso, a criança institucionalizada foi retratada de forma negativa quando comparada à criança de estatuto socioeconômico médio nas categorias Segurança e Proteção, Atitudes Interpessoais e Afeto, e nas categorias Segurança e Proteção e Afeto quando comparadas às crianças de estatuto socioeconômico baixo, evidenciando um processo de estigmatização. Isso demonstra que existem crenças negativas sobre as crianças pobres e institucionalizadas que interferem na sua inserção social, visto a discriminação, exclusão e estereotipagem que sofrem. Cabe a sociedade mudanças que transformem essas imagens sociais pré-concebidas a respeito dessas crianças, fazendo valer o preconizado pelas normas vigentes que defendem seus direitos e reconhecem seu estatuto de cidadãs.

Palavras-chave: Direitos. Imagens Sociais. Infância. Institucionalização.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in Psychology
Federal University of Santa Maria

SOCIAL IMAGES AND CHILDHOOD: CONCEPTIONS AND STIGMAS

AUTHOR: JULIANO BECK SCOTT

ADVISOR: ALINE CARDOSO SIQUEIRA

Place and Date of Defense: Santa Maria, January 18, 2016.

This study is an extract from a cross-cultural research between Brazil and Portugal, which had the intention to know the social images of institutionalized and non-institutionalized children and youths as well as their families. Thereby, data collected in Brazil related to children in average and low socioeconomic status alongside with data on children in institutional care were used, configuring a quantitative and qualitative study. Study participants were 83 adults living in three municipalities of Rio Grande do Sul state aged between 16 and 62 years-old ($M = 31.99$, $SD = 11.46$) who indicated 648 characteristics to describe children of different contexts (institutionalized and from average and low socioeconomic status). An open questionnaire was used and data analysis took place in three stages: the first stage consisted of content analysis, the second was a judges consensus analysis and the third was a frequencies analysis. These steps led to the final identification of 404 attributes associated with the aim of this study. The results showed a predominance of negative images related to children belonging to low socioeconomic status and institutionalized children, opposed to children belonging to an average socioeconomic status in which more positive images predominated. The Z test found significant differences in all categories of analysis to institutionalized children, and the negative aspects were more frequent than the positive ones. Moreover, institutionalized children were portrayed negatively when compared to children in average socioeconomic status in the categories Safety and Protection, Interpersonal Attitudes and Affection, and in the categories Safety and Protection and Affection when compared to children of low socioeconomic status, showing a process of stigmatization. This demonstrates that there are negative beliefs about poor and institutionalized children which interfere with their social integration due to discrimination, exclusion and stereotyping. It is up to society to promote changes that transform these preconceived social images about these children, enforcing what is proposed by current regulation that defend their rights and recognize their status as citizens.

Keywords: Rights. Social images. Childhood. Institutionalization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1 Histórico da Infância	10
2.2 A Institucionalização no Brasil	15
2.3 O Conceito de Imagens Sociais da Infância	23
3 OBJETIVOS	32
3.1 Objetivo Geral	32
3.2 Objetivos Específicos	32
4 MÉTODO	33
4.1 Estudo	33
4.2 Delineamento	33
4.3 Participantes	34
4.4 Instrumentos	34
4.5 Procedimentos e Considerações Éticas	35
4.6 Análise dos Dados	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
7 REFERÊNCIAS	59
ANEXO A	67
ANEXO B	79

1. INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças é uma prática enraizada na história do Brasil. Essa construção influencia a forma como elas são vistas pela sociedade, como também o investimento afetivo que recebem da mesma. Ao se analisar documentos que tratam sobre a história da infância, observou-se que os sentimentos diante da infância foram os mais diversificados, encontrando-se desde falta de afeto e atenção, o sentimento de “paparicação”, expresso na Idade Média, até o momento atual com o dever de proteger e cuidar da criança, e o reconhecimento desta enquanto sujeito de direitos, conforme legislação vigente no Brasil (ARIÈS, 1978; BRASIL, 1990). Sendo assim, percebe-se que os adultos passaram do descaso ao estado de dever moral frente ao infante. Essas atitudes foram influenciadas tanto pelas instituições que surgiram e determinaram a forma de tratamento dispensada à criança, como pela influência das normas (legislação) sobre a vida e organização social.

A institucionalização de crianças surge como forma de tirar das vistas da sociedade aquelas crianças que perambulavam pelas ruas ou bebês que eram abandonados e acabavam por falecer por falta de cuidado nas ruas e valas (ARIÈS, 1978; BADINTER, 1980; MARCÍLIO, 2006; RIZZINI; RIZZINI, 2004). No Brasil, a primeira instituição criada para acolher bebês foi a roda dos expostos, localizadas nas Santas Casas de Misericórdia, cujo objetivo era receber recém nascidos de forma anônima (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI; RIZZINI, 2004). As crianças também foram acolhidas em outros tipos de instituições, como orfanatos, educandários e seminários, todos com uma configuração de instituição total (RIZZINI; RIZZINI, 2004), ou seja, ainda com resquícios do enclausuramento da Idade Média. Ao verificar o histórico da institucionalização no Brasil, constata-se que crianças e adolescentes, assim como suas famílias, foram associados a imagens negativas, pessimistas e de que não possuíam valor como indivíduos, o que contribuiu para a construção de estereótipos e estigmas. A partir do momento em que o acolhimento institucional sofreu mudanças, principalmente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e da Nova Lei Nacional da Adoção (BRASIL, 2009), outros desdobramentos foram proporcionados para as crianças acolhidas. A própria legislação possibilitou que muitas das realidades vivenciadas até então fossem modificadas, mas ainda existem vários aspectos que carecem de mudanças.

A história da institucionalização e da legislação brasileira permite identificar a origem de concepções tão negativas associadas às crianças acolhidas. Contudo, a concepção atual de infância é diferente da de outras épocas, e existem leis que protegem as crianças e garantem seus direitos. O conhecimento sobre as imagens sociais existentes em torno da infância e das crianças institucionalizadas suscita estudos que possibilitem um melhor entendimento dessa realidade. Pensando nisto, a construção desse estudo parte de uma discussão teórica para melhor entendimento da temática abordada. Assim, num primeiro momento, o histórico da infância, suas origens, sentimentos atrelados à criança, desenvolvimento do conceito de infância e a influência da família serão apresentados e discutidos. Posteriormente, serão abordadas uma análise da evolução da institucionalização no Brasil, com foco na criança, mediante discussão fundamentada com autores da área, e, por fim, uma discussão sobre o conceito de imagens sociais, a partir de diferentes teóricos, e a influência dessas imagens sobre a infância e a criança institucionalizada, bem como os significados de estigmas e estereótipos. Assim, o objetivo geral deste estudo foi verificar as imagens sociais de crianças de estatuto socioeconômico baixo, médio e de crianças institucionalizadas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Histórico da Infância

A concepção da infância nem sempre existiu, e parece ser um fenômeno histórico com características ocidentais de obediência e dependência do adulto em troca de proteção. No decorrer da história, percebem-se várias formas de tratamento direcionadas às crianças. Por meio de uma retrospectiva histórica, observa-se que diferentemente do que ocorre na atualidade, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, numa perspectiva adultocêntrica que ditava os modos de ser e de se comportar. Portanto, a infância como é concebida hoje, é, de certa forma, totalmente distinta de outras épocas (JAEGER, 2004; KRÜGER; SILVA, 2013; NARODOWSKI, 2000; NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008).

Anteriormente à concepção de infância, crianças e adultos viviam misturados, convivendo da mesma forma nos diferentes espaços. Isso pressupõe que não havia um cuidado diferenciado e especial direcionado aos infantes. Estes utilizavam as mesmas vestes dos adultos e eram expostos às mesmas situações sem que houvesse um tratamento diferenciado (ARIÈS, 1978).

A falta de registros históricos ou até mesmo registros tardios indicam que as crianças eram vistas de forma diferenciada da atual. Isso demonstra que a infância foi uma construção que assumiu diferentes papéis e concepções ao longo do tempo. Inicialmente, a criança estava limitada à tenra idade, ou seja, à época em que os cuidados físicos eram essenciais à sua sobrevivência. A partir do momento em que o desenvolvimento físico da criança estivesse assegurado, o que ocorria por volta dos sete anos de idade, a criança passava a conviver com os adultos. Essa concepção fazia parte de uma visão anterior à sociedade industrial na qual todos eram misturados independentemente da sua faixa etária e condição social, coletivamente sem espaço para a intimidade ou privacidade (MIRANDA, 2004; NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008).

Antes do século XVI e até metade do século XVIII, era praticamente inexistente uma consciência da infância enquanto categoria diferenciada do ser humano, sendo a sua inserção social pouco significativa perante outros grupos. As crianças não eram percebidas e muito menos recebiam atenção especial. No século XIX, por sua vez, ainda não havia uma definição

específica de criança. Criança consistia num tipo de derivação daquelas que, por alguma razão, “eram criadas pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamava crias da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança” (LEITE, 2001, p. 20). O abandono, bem como o infanticídio eram recorrentes na época, ocorrendo com índios, brancos e negros em diversificadas circunstâncias (BADINTER, 1980; LEITE, 2001).

Saeta e Neto (2006) atentam para o fato de que muitas crianças eram abandonadas em praças, terrenos baldios e portas de igrejas, por serem filhos de mulheres solteiras, livres e brancas que, caso assumissem a sua prole, estariam contra a sociedade patriarcal brasileira. Essas crianças eram vistas como ilegítimas, o que era compreendido como um escândalo social, principalmente para as mulheres das classes nobres. Muitas dessas crianças eram abandonadas colaborando com o alto número de mortalidade infantil na época. A desonra de ser uma “mãe solteira” era maior do que a ilegitimidade de um filho, pois a honra das mulheres brancas deveria ser mantida (SAETA; NETO, 2006).

Dessa forma, a mortalidade infantil era oriunda não só do abandono e da morte prematura, mas também de causas diversificadas como insalubridade, desnutrição, higiene precária, falta de vacinas, endemias e epidemias, assim como da falta de cuidado das amas de leite, geralmente, pessoas pobres e ignorantes (SAETA; NETO, 2006). Embora doenças como caxumba, coqueluche, varíola, entre outras, fossem objetos de descrição de muitos médicos da época, como enfermidades de crianças, mais difíceis de tratar que nos adultos, acabavam por deixar esse encargo para as curandeiras, visto que os primeiros se interessavam mais pela etiologia das doenças. Portanto, a morte de crianças era algo, até certo ponto, aceito como um desígnio de Deus, ou seja, algo que ocorria naturalmente, não havendo senso crítico sobre o assunto (BADINTER, 1980; SAETA; NETO, 2006).

Ariès (1978) ressalta que como a mortalidade infantil era grande, não havia um sentimento profundo em relação a isto, em virtude de que a infância era algo demasiadamente frágil e a possibilidade de perda era grande. Isso é compreensível, pela adversidade circunscrita àquele ambiente que dificultava, muitas vezes, a sobrevivência das crianças, já que muitas nasciam, mas poucas sobreviviam (ARIÈS, 1978).

A própria insignificância da infância, descrita anteriormente, reaparece reeditada na forma da indiferença materna. Era necessária uma grande parcela de insensibilidade para

muitas das mães suportarem a perda de seus filhos. No entanto, isso estava expresso, de certa forma, como uma espécie de abandono moral (ARIÈS, 1978).

De acordo com Badinter (1980), os documentos históricos demonstram que a qualidade da relação mãe-filho estava embasada na indiferença. Isso se expressava através das recomendações de frieza e desinteresse pelo infante. De forma sucinta, é como se os pais evitassem o vínculo e o apego, devido ao elevado grau de perda de seus bebês. Dada a elevada taxa de mortalidade infantil do século XVIII, a mãe que se apegasse a cada um de seus filhos logo ao nascer poderia sofrer com as consequências da morte de alguns deles (BADINTER, 1980).

Ariès (1978) salienta que, na época medieval, o sentimento da infância também era praticamente inexistente. Isso não quer dizer que as crianças fossem necessariamente negligenciadas ou desprezadas, apenas que uma consciência referente a elas era incomum, o que implicava em uma falta de distinção entre crianças e adultos, devido à falta de cuidado com as particularidades do ser infantil (ARIÈS, 1978).

A descoberta da infância ocorreu justamente no século XIII, com evolução acompanhada, tanto na história da arte como na iconografia, nos séculos XV e XVI. No entanto, o seu desenvolvimento ocorreu, expressivamente e de forma mais significativa, a partir do fim do século XVI e início do século XVII (ARIÈS, 1978; BADINTER, 1980).

De acordo com Ariès (1978), um dos únicos sentimentos direcionados à criança, reconhecido na época medieval, era o sentimento de “paparicação”. Esse era expresso pelo gosto pitoresco e pela graça das crianças pequenas. Os adultos se divertiam com as crianças em seus primeiros anos de vida, por considerar um passatempo. O autor acredita que a “criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, tornava-se uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, 1978, p. 100). O sentimento de “paparicação” advém das mulheres, geralmente mães ou amas, encarregadas de cuidar e educar as crianças. Essas mulheres ensinavam as crianças a falar, carregavam no colo para acalmar quando choravam, ninavam, além de outros cuidados (ARIÈS, 1978).

Badinter (1980) ressalta que, no século XVIII, o sentimento direcionado às crianças poderia ser comparado ao direcionado a uma boneca, que se torna divertida pelo prazer que proporciona, mas que, no momento em que deixa de ser um objeto de distração, se torna desinteressante. A criança, nessa época, era vista como um pequeno ser sem personalidade, que fazia parte de um jogo dos adultos, tidas como engraçadas, divertidas e ingênuas. Quando

creciam, por volta dos sete anos, passavam a ser equiparadas a máquinas que deveriam funcionar corretamente. Um disciplinamento rígido era aplicado, ao ponto que muitas deixavam de expressar seus sentimentos e raciocínio, retraindo-se (BADINTER, 1980).

Segundo Ariès (1978), um aspecto bastante peculiar na Idade Média era as vestimentas. Nesta época, crianças de todas as idades vestiam-se igual, não havendo distinção quanto à faixa etária. A única preocupação era que a roupa demonstrasse a hierarquia social. As vestimentas medievais não diferenciavam a criança do adulto. Já, no século XVII, a criança de boa família era vestida de forma diferente dos adultos. Geralmente, tinha um traje específico para sua idade. Dessa forma, as vestimentas direcionadas à criança se diversificaram e se tornaram peculiares ao mundo infantil (ARIÈS, 1978).

Muitas crianças participavam do mundo adulto, sendo comum várias representações de crianças interagindo na coletividade, em festas, jogos, trabalhando como aprendizes ou servindo de pajens de um cavaleiro. Logo, aprendiam os ofícios dos adultos, a partir da interação e observação advinda do contato diário, assim como da experimentação. Na época medieval, era comum crianças nos ambientes das tavernas, ouvindo o conteúdo obscuro de muitas piadas e, até mesmo, falando sobre assuntos dos adultos. Além disso, a família tinha a função de transmissão da vida, dos bens e do nome, ficando as questões de ordem afetiva e emocional num segundo plano. O sentimento de família era algo inexistente, pois apesar da família se preocupar e até mesmo proteger seus filhos, não existia um sentimento que os unisse. Este tipo de sentimento vem surgir somente com a família nuclear (ARIÈS, 1978; GUERRA, 1998; KRÜGER; SILVA, 2013; MIRANDA, 2004).

Miranda (2004) menciona que a família nuclear foi estabelecida com o aparecimento da burguesia, a partir do século XVIII, e trouxe uma nova organização familiar. De acordo com a autora, a família moderna (nuclear) trouxe a intimidade, a vida privada e o sentimento de união e afeto entre o casal e os filhos, o que antes, na história, raramente ocorrera. Esse modelo nuclear trazido pela Revolução Industrial repercute na família tradicional, com papéis bem definidos de homem e mulher, em que cabe ao homem, o sustento da casa e, à mulher, os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos. Este modelo de família trouxe uma nova concepção sobre a infância, pois fez com que as crianças passassem a ocupar um espaço mais central na vida dos adultos, como preocupação com a educação dos filhos e preparação para a vida adulta (SCOTT; CEZNE, 2012; SILVA; TONIOLO, 2010).

Silva e Toniolo (2010) relatam que o convívio e a aprendizagem com os adultos foram substituídos pela educação escolar. De acordo com Guerra (1998), a burguesia desejava que seus filhos tivessem uma preparação para o mundo adulto, que lhes proporcionasse, além da aquisição de novos conhecimentos e conteúdos, o domínio para o desempenho de determinadas atividades. Esse posicionamento contribuiu para a criação do sistema escolar e do conceito moderno de infância na atualidade.

Portanto, a história da educação revela um progresso do sentimento da infância na sociedade. Na idade média, a escola era destinada a um número restrito de pessoas, geralmente clérigos de diferentes idades. No início dos tempos modernos, a escola se tornou um lugar de isolamento para as crianças, visto que estas passavam um longo período na escola sendo “adestradas” por um disciplinamento rígido e autoritário. Isso fez com que as crianças fossem separadas do mundo adulto. A institucionalização da criança através da escola significou a modificação do conceito de infância e da forma dos adultos se relacionarem com estas (ARIÈS, 1978).

A criança, que antes convivia junto aos adultos e gozava de certa liberdade, passou a conviver em outro espaço, a escola. A instituição escolar, geralmente, era um espaço de enclausuramento, em que as crianças permaneciam com o aval de suas famílias. Sendo assim, a escola se constituiu, inicialmente, num dispositivo que encerrou a infância. Isso fez com que as crianças perdessem a possibilidade de opinar sobre decisões que lhes diziam respeito, tornando-se excluídas de atividades sociais antes comuns em seu cotidiano. Assim, a criança tornou-se uma consumidora das ideias produzidas pelos adultos, restando apenas um lugar marginalizado frente a condição social que ocupava. Tanto a família como a escola retiraram a criança da sociedade adulta, restringindo-lhe a liberdade que desfrutava. Casas (2006a) afirma que o infante é aquele que não diz coisas de interesse e que, por isso, muitas vezes não tem nem voz nem vez quando seus direitos são discutidos (GUERRA, 1998; MIRANDA, 2004; NARODOWSKI, 2000).

De acordo com Casas (2006a), essa ideia se consolidou ainda mais no século XX, através da diferenciação da infância como uma categoria social distinta da adulta. Essas duas categorias trazem uma diversidade enorme de critérios e argumentos para justificar esse posicionamento, tais como: a distinção entre aqueles que podem trabalhar e aqueles que não podem; entre os que já chegaram à puberdade e os que ainda não chegaram e, em destaque, a capacidade de discernir, ter responsabilidade, maturação psíquica e mental, capacidade moral,

entre outros. Conforme Marchi e Gutiérrez (2015), essa transformação social trazida pela diferenciação da infância enquanto categoria social faz parte de uma transformação na mentalidade social que reconfigurou a ideia de infância presente até então, e faz parte de um novo modo de se viver os primeiros anos de vida, a partir do modo de ser moderno.

No entanto, cada sociedade, a sua maneira, definiu o seu conceito de infância, o qual traz consigo aspectos de forma implícita ou explícita em seu discurso. Dessa forma, essa concepção acaba sendo compartilhada socialmente, sendo difícil um questionamento sobre ela. Portanto, esse entendimento perpassa a ideia de que crianças não são capazes como os adultos ou são seres inacabados ou, ainda, de que são os adultos que ensinam e socializam as crianças (CASAS, 2006a).

Essa compreensão ocasiona um maior controle e submissão da criança ao adulto. Isto advém da compreensão sobre a criança nos momentos históricos (Revolução Industrial, urbanização, surgimento da República no Brasil), os quais refletem no conceito atual de infância. Vários profissionais e pesquisadores estudaram sobre a infância, com a intenção de valorizá-la, pois tanto a família como o Estado buscaram formas de protegê-la e cuidá-la. Entretanto, não basta possuir uma legislação específica para a criança e o adolescente, como o Brasil possui, mostra-se necessário que os direitos sejam garantidos na prática (SILVA; TONIOLO, 2010).

2.2 A Institucionalização no Brasil

O histórico da criança permite constatar o grande número de violações ao longo da história, desde punições físicas, ocasionadas tanto por familiares como por profissionais das escolas, até violência sexual, entre tantas outras situações de violação e falta de cuidados. Além disso, as crianças eram submetidas à vontade dos pais, não tendo gerência sobre as situações, possuindo apenas o dever de suprir as expectativas dos adultos (CASAS, 2006a; LOPES; ARPINI, 2009).

De acordo com Santos (1996), no Brasil, a violação às crianças ocorreu de forma considerável. As próprias particularidades de um país em desenvolvimento fez com que muitas crianças permanecessem por um longo período desamparadas e desprotegidas. Particularidades como um Estado em formação, problemas com o regime de escravidão, situações de preconceito, falta de um estatuto ou de uma legislação de proteção à infância,

pouca valorização ou olhar destinado às crianças, entre outros, contribuíram para o descaso com as crianças brasileiras, o que perdurou por um longo período. Situações como abusos sexuais, feridas e perda de membros no trabalho escravo ou não, espancamentos em prol da educação, descaso, fome, frio, desamparo eram comuns no Brasil no período colonial (LOPES; ARPINI, 2009; SANTOS, 1996).

Num dado momento, a infância desamparada durante tanto tempo, começou a preocupar o governo. Isso fez com que o Estado apoiasse várias instituições, de ordem religiosa e filantrópica, através de subsídios pagos por convênios que estabeleciam um valor para cada criança institucionalizada. Em decorrência disto, surgiram as primeiras rodas dos expostos, nas Santas Casas de Misericórdia, um modelo importado da Europa, que perdurou por mais de um século no Brasil como o único modelo de instituição de assistência à população infantil abandonada (LOPES; ARPINI, 2009; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Portanto, na segunda metade do século XIX começava no Brasil a institucionalização de crianças. As crianças e adolescentes pobres passaram a ser alvo da intervenção do Estado, visto a ameaça que significavam às cidades em crescimento. Dessa forma, a institucionalização passou a ser considerada como uma boa alternativa de assistência e controle social, já que o recolhimento de crianças foi um dos principais meios de assistir à infância neste momento histórico (LOPES; ARPINI, 2009; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Rizzini e Rizzini (2004) salientam que, frente à cultura da internação, o Brasil se destaca como um país que possui tradição no acolhimento de crianças e adolescentes em instituições asilares. Inicialmente, essas instituições eram destinadas, para além do assistencialismo, sendo direcionadas também para crianças ricas, visto que existia o costume de se educar os filhos longe das famílias e de suas comunidades de convivência. Entretanto, após a segunda metade do século XX, a utilização dos modelos de internato ficou em desuso para as crianças ricas, servindo apenas às crianças pobres (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), desde o período colonial, foram disseminados no país, colégios internos, escolas de aprendizes artífices, reformatórios, educandários, asilos, entre outras instituições fomentadas pelas tendências assistenciais da época. Este modelo institucional constituiu-se, e ainda se constitui em determinados locais, como um modo perverso de cuidado visto suas regras extremamente rígidas, bem como suas relações desiguais de poder que interferem no desenvolvimento saudável dos acolhidos. Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Silva e Arpini (2013) afirmam que vários estudos têm demonstrado que

mesmo após o reordenamento dos programas de acolhimento institucional preconizado pelo ECA (BRASIL, 1990), ainda persistem, no Brasil, instituições que atuam segundo o antigo modelo de atendimento. Isso faz com que surjam, a todo o momento, casos de crianças e adolescentes que permanecem em acolhimento institucional durante anos, distantes da possibilidade de serem inseridos em uma família substituta, ou, até mesmo, reintegrados em sua família de origem (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Essas instituições eram chamadas de instituições totais, justamente pelas características e peculiaridades que possuíam como: enclausuramento e distanciamento da comunidade de origem, rotina e horários rígidos (como banho e refeições), grande quantidade de regras, disciplinamento constante, além de ser comum o compartilhamento do vestuário e dos objetos pessoais dos internos (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SIQUEIRA, 2012). Na história, percebe-se que estas instituições, devido as suas características de funcionamento, poderiam causar danos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados, tais como “problemas de comportamento, psicopatologia e dificuldade de lidar com aspectos da vida diária” (SIQUEIRA, 2012, p. 22). Goffman (2008b) ainda salienta que as instituições totais além de possuírem um caráter de isolamento, através de suas barreiras, principalmente físicas, que dificultam o contato do sujeito com o mundo externo, também interferem nas relações sociais do interno com o meio e com a comunidade em que vive, devido às regras e proibições constantes no seu funcionamento.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), a partir do século XVIII, surgiram as primeiras instituições para educação de órfãos em diversas cidades do país. Em sua maioria, de ordem religiosa, com normas de funcionamento rígidas, além da vida religiosa e do enclausuramento. No século XIX, as instituições para crianças pobres sofreram algumas transformações frente à educação, fazendo com que o Brasil começasse a ampliar a oferta educacional, criando escolas públicas primárias e internatos para formação profissional de meninos oriundos das classes populares. Assim, surgem as Casas de Educandos Artífices, destinadas a meninos pobres que recebiam além da instrução primária e da aprendizagem de ofícios diversificados (sapataria, carpintaria, alfaiataria, marcenaria, entre outros), a aprendizagem da música e da religião (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

As meninas órfãs, no século XVIII e XIX, eram encaminhadas aos ditos recolhimentos femininos, também criados por religiosos e voltados à educação e proteção de meninas paupérrimas. Como a principal característica dessas meninas era o desamparo, muitas iam

para estas instituições a fim de ser educadas e aprender atividades domésticas, garantindo assim um lugar na sociedade, após o desligamento. O desligamento poderia ser feito, por exemplo, após a interna ser escolhida por um rapaz que lhe propusesse casamento, desde que isso fosse aceito pela diretoria da instituição. Até meados do século XX, essas instituições femininas mantinham o regimento de enclausuramento, o que dificultava o contato das internas com o mundo externo (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Marcílio (2006) conta a história da assistência e proteção à infância abandonada no Brasil de forma sintetizada, afirmando que esta possui três fases distintas, denominadas pela autora de caritativa, filantrópica e Estado do bem-estar social. Cada uma dessas fases sofreu influência do momento histórico que a caracterizou. A assistência caritativa tinha inspiração religiosa e cunho paternalista, iniciou-se na colonização, através de escolas elementares criadas pelos jesuítas, e a partir do século XVIII, através de instituições de recolhimento (rodas e casas dos expostos). A fase da filantropia, por sua vez, surgiu entre os séculos XIX e XX e buscou se afastar do modelo caritativo, criando projetos e Asilos de Educandos, além de outras instituições similares. Esse novo modelo buscava, através das instituições criadas, prevenir que muitas crianças se tornassem delinquentes e prejudicassem a sociedade. Já a fase do modelo de bem-estar social surge mais atuante a partir da década de 60, onde o Estado busca intervir nos assuntos relacionados à infância de forma mais corretiva e repressiva. Cabe lembrar que essa fase surgiu durante a ditadura militar que influenciou no modo de tratar a infância desvalida. Esse foi um período de repressão, isolamento, internação e violência para muitas crianças, denominadas de forma discriminatória como “menores” (MARCÍLIO, 2006).

Rizzini e Rizzini (2004) consideram que a categoria “menor” foi criada a partir de debates gerados no período republicano, além das resoluções internacionais que surgiram sobre assistência social, médico-higienista e jurídicas da época. Assim, surge um período de maior atuação do Estado na criação de políticas de atendimento ao menor, culminando na criação do Código de Menores, elaborado em 1927 e revisado em 1979, sendo uma das primeiras leis com foco na criança desamparada (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Conforme Siqueira (2012), o Código de Menores (BRASIL, 1979) era uma legislação que estabelecia estratégias de controle e disciplina para os ditos “desviados”. Estes eram aqueles “menores” que por alguma circunstância foram afastados de suas famílias devido a abandono, violência ou comportamento infrator, e ingressavam em instituições de grande porte (instituições totais) que possuíam atendimento coletivizado e massificado. A inserção

nessas instituições significava, além do afastamento familiar, poucas perspectivas de ressocialização (SIQUEIRA, 2012).

Com o surgimento do Novo Código de Menores de 1979, criou-se a categoria “menor em situação irregular”. Esse código transmitia a ideia de que as famílias pobres eram incapazes de criar e educar seus filhos, considerados em situação irregular, devido as suas condições de vida e de miserabilidade. O Estado intervinha reforçando uma visão negativa e de incapacidade dessas famílias (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Rizzini e Rizzini (2004) ressaltam que a história da institucionalização no Brasil é modificada apenas a partir dos anos 80, quando essa cultura institucional passa a ser questionada. Até o início dos anos 80, o termo internato era ainda utilizado para descrever as instituições que acolhiam, de forma provisória ou permanente, órfãos, carentes ou delinquentes da época. Diante disto, surgem várias inquietações relacionadas à eficácia das medidas tomadas com as crianças institucionalizadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Essas inquietações foram fomentadas pela disseminação de inúmeros seminários, congressos, simpósios, publicações e discussões sobre iniciativas que mudassem o panorama. Várias ações foram materializadas, como a inclusão do artigo 227, da Constituição Federal de 1988, sobre os direitos da criança e, posteriormente, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, como substituto do Novo Código de Menores de 1979 (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Conforme Gulassa (2010), foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a política social pública brasileira se constituiu como um sistema composto pelo tripé da Previdência Social, Saúde e Assistência Social, e de leis para garantir o funcionamento do sistema, mais conhecido como Sistema de Proteção Social Brasileiro. De acordo com a autora, esse sistema faz parte da Política de Assistência Social que estabelece as bases da proteção social de pessoas que se encontram em vulnerabilidade e precisam de apoio através de uma rede de serviços. Segundo a autora, esses serviços estão divididos em dois níveis de atenção e complexidade: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade. As instituições de acolhimento fazem parte dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e servem de suporte “às pessoas que se encontram sem referência familiar ou em situação de ameaça, necessitando ser retiradas de seu núcleo familiar ou comunitário” (p. 12) e que por isso necessitam de uma proteção integral através de um acolhimento que lhes proporcione moradia, alimentação, higiene (GULASSA, 2010).

Além disso, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) também foi responsável pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que propôs mudanças no modo de funcionamento dessas instituições, denominado de reordenamento, que significou um avanço nesse contexto. Isso possibilitou uma nova forma de pensar sobre o acolhimento institucional, revendo antigos paradigmas, reorganizando os acolhimentos e o atendimento realizado nesses locais. Dessa forma, foram instituídas modificações na lei quanto à medida de internação: no caso do abrigo, este possui um caráter provisório e de proteção para as crianças que se encontram em risco pessoal e/ou social; no caso de internação, ocorre como uma medida sócio-educativa de privação da liberdade. Em ambos os casos, mecanismos de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente são aplicados (GULASSA, 2010; RIZZINI; RIZZINI, 2004; VIDIGAL, 2013).

A partir do momento que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) trouxe o pressuposto de que as crianças são seres em desenvolvimento e que necessitam de proteção e cuidado, inclusive com direitos que devem ser garantidos, começou a vigorar uma nova concepção sobre o atendimento institucional. Entretanto, de acordo Siqueira (2012), mesmo as crianças e adolescente passando de “objetos de tutela” para sujeitos detentores de direitos e deveres, demonstrando mudanças na forma de “olhar” a infância, ainda persistia na época, e talvez ainda persista, uma dificuldade em compartilhar essa ideia com todos. Apesar dessa dificuldade, iniciou-se o processo de reordenamento institucional, conforme as orientações do ECA, que fez com que a maioria das instituições de acolhimento sofressem mudanças, criando-se organizações menores e de caráter mais residencial para um grupo menor de crianças e adolescentes (RIZZINI; RIZZINI, 2004; VIDIGAL, 2013).

Desde o estabelecimento do ECA (BRASIL, 1990), várias mudanças foram sendo observadas nas instituições de acolhimento, tais como a preservação do grupo de irmãos, a atribuição de um caráter excepcional e provisório ao acolhimento, evitar transferências entre abrigos, atendimento personalizado e individualizado de caráter familiar, maior estímulo a participação e contato com a comunidade, entre outros. Assim, o acolhimento institucional passou a configurar uma medida de proteção integral e especial, através da proteção e cuidado de forma provisória, como parte integrante do conjunto de medidas necessárias à proteção da criança (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006; VIDIGAL, 2013).

Conforme Siqueira (2012), para que uma criança seja acolhida provisoriamente em uma instituição de acolhimento, é necessário que fatores de risco sejam identificados e que

outras opções de proteção tenham sido esgotadas. Dessa forma, haverá além da proteção à criança, o cuidado com os vínculos familiares. Esses cuidados já foram preconizados pelo ECA (BRASIL, 1990) e reafirmados no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) visando ao fortalecimento da família e de seus vínculos a partir de programas de apoio sócio-familiar ou de apoio técnico-institucional, quando necessário.

De acordo com Siqueira (2012), dentre os direitos contidos no ECA, a convivência familiar e comunitária é um dos aspectos que possibilita que vínculos criados, anteriormente à institucionalização, sejam mantidos diferentemente do que ocorria outrora nas instituições totais. Essa é uma forma de valorizar e aproximar família e criança institucionalizada. Um aspecto importante desse processo é o olhar destinado à família que, muitas vezes, também necessita de amparo para lidar com as situações adversas ocorridas (SIQUEIRA, 2012).

Com relação aos atendimentos das crianças acolhidas, estes devem ocorrer a partir dos serviços disponibilizados pela rede de atendimento da região a que pertence a instituição, assim como a unidade de saúde e a escola. Essas medidas têm o intuito de diminuir os efeitos da institucionalização, pois a criança permanece em contato constante com a comunidade, preservando tanto os vínculos que já havia estabelecido, como possibilitando novos vínculos. Esses aspectos são também importantes frente à reinserção familiar e o futuro desligamento institucional (SIQUEIRA, 2012).

Rizzini e Rizzini (2004) relatam que as instituições de acolhimento do país atendem crianças e adolescentes advindas das mais variadas situações: órfãos ou em situação de abandono familiar, em situação de risco, assim como crianças e adolescentes em situação de pobreza. Aquelas crianças ou adolescentes órfãos ou que advêm de uma situação de abandono familiar são aquelas que foram abandonadas e que, em consequência disso, tiveram o vínculo com a família de origem rompido. As crianças órfãs, que não possuem parentes que se responsabilizem por elas, também se incluem nessa situação. As instituições de acolhimento servem para proteger crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

A Lei nº 12.010/2009, conhecida como Nova Lei Nacional da Adoção (BRASIL, 2009), propôs mudanças neste cenário, pois aprimorou o ECA ao realizar algumas alterações. A própria denominação “abrigo” deixou de ser utilizada sendo substituída por “acolhimento”. A partir dessa lei, os juízes passaram a justificar e fundamentar a entrada e a

saída de crianças das instituições, além de realizar, no prazo de seis meses, uma nova avaliação quanto à necessidade da permanência da criança no serviço. Conforme Vidigal (2013), isso permite que cada caso seja visto e revisado de forma individual, com atenção sobre suas particularidades.

Outro aspecto pertinente foi a estipulação de um novo prazo, de dois anos, como período máximo de permanência da criança no acolhimento (BRASIL, 2009). Vidigal (2013) considera que tal aspecto possibilita uma celeridade na resolução de algumas situações de acolhimento, evitando prejudicar o vínculo da criança com sua família. Esta é uma forma de garantir, também, que a criança mantenha o seu direito de viver em família, seja biológica ou substituta (VIDIGAL, 2009).

A partir da Nova Lei Nacional da Adoção (BRASIL, 2009), a família começou a receber maior atenção, principalmente, quanto à importância do seu papel para o bem-estar da criança. Sendo assim, à família foi agregado um novo conceito, mais amplo, envolvendo além dos pais e filhos, aqueles que, de alguma forma participam da vida da criança, como parentes próximos e pessoas com as quais possuía vínculos de afeto que deveriam ser preservados e mantidos. Um dos aspectos que se destaca quanto a esta lei foi a escuta da criança e/ou do adolescente, inclusive adolescentes com mais de 12 anos passaram a ter o direito de consentir quanto ao seu encaminhamento para famílias adotivas (BRASIL, 2009; VIDIGAL, 2013).

No Brasil, o Sistema de Garantia de Direitos introduzido pelo ECA (BRASIL, 1990) segue essa proposta trazida pelo paradigma dos direitos e pela Convenção das Nações Unidas, destinando à criança, ações integradas e articuladas que compõe o sistema. De acordo com Baptista (2012), a garantia de direitos faz parte dos diferentes níveis e instituições de nossa sociedade como o sistema de justiça (promotoria, judiciário, defensoria pública e conselho tutelar), as organizações governamentais e não governamentais, os programas de atendimento em diferentes áreas como saúde, educação, lazer, esportes, trabalho e assistência social, entre outros.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que o Sistema de Garantia de Direitos consiste na garantia das crianças e adolescentes brasileiros à promoção, defesa e controle, bem como a efetivação dos direitos adquiridos e o reconhecimento como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1990). Somente dessa forma será possível respeitar as crianças e suas singularidades e mantê-las distantes de ameaças, violações, discriminação e preconceito, protegendo-as e garantindo-lhes um ambiente saudável ao seu

desenvolvimento. No momento em que se conhecerem as imagens sociais atribuídas a essas crianças, evitar-se-á classificações negativas ou pejorativas.

2.3 O Conceito de Imagens Sociais da Infância

A psicologia social, por tratar das interações e dos comportamentos entre as pessoas, vem se debruçando sobre o conceito das representações sociais, buscando entendê-lo e explicá-lo. Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 13) consideram a psicologia social como o “estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por esta interação (pensamento social)”. De acordo com esses autores, essa influência recíproca (interação social) refere-se ao constante processo de dependência e interdependência que os seres humanos possuem entre si. Quanto ao processo cognitivo (pensamento social ou processos cognitivos decorrentes da interação social), esses são desencadeados pelo processo de interação e envolvem as manifestações comportamentais e os processos mentais superiores como julgamento, pensamento, expectativa e processamento de informação. Portanto, percebe-se que o objeto de estudo da psicologia social são as interações humanas e suas consequências cognitivas e comportamentais.

Lane (2004) salienta que as sistematizações em Psicologia Social começaram a partir da década de 50 com duas tendências predominantes: uma com tradição mais pragmática, com o intuito de alterar ou criar atitudes e interferir nas relações grupais, e outra com uma tendência de tradição filosófica européia e com modelos científicos totalizantes. Posteriormente, por volta da década de 60, a Psicologia Social apresentou uma crise, visto que sua eficácia começou a ser questionada. Neste momento, na América Latina, a Psicologia Social oscilava entre o pragmatismo trazido pelo modelo norte-americano e uma compreensão de homem mais abrangente, compreendido na sua dimensão filosófica ou sociológica. Dentre essas tendências, presentes na psicologia social, destaca-se nesse estudo a Psicologia Social Européia (PSE), que conforme Jesuíno (2004) surgiu uma década depois, década de 70, com um importante papel no desenvolvimento da psicologia social.

Ferreira (2010) acredita que a PSE surgiu devido à crise da Psicologia Social na América do Norte e também à preocupação com a estrutura social, enfocando a identidade social e principalmente as interações intergrupais, bem como as representações sociais que se relacionam com a psicologia dos grupos e das coletividades. Segundo Ferreira (2010, p. 61), a

PSE visa a “desvendar, sobretudo os processos subjacentes às relações que ocorrem no interior dos grupos sociais e entre grupos”. Portanto, conforme Jesuíno (2004), esta perspectiva acredita que os grupos não estão isolados, visto que a identidade dos grupos é formada por mecanismos de diferenciação perante outros grupos. Sendo assim, a partir dessa perspectiva, o indivíduo é visto a partir do coletivo, ou seja, das interações sociais e não apenas de forma individual.

Diante disso, torna-se necessário um melhor entendimento do conceito de representações sociais que, de acordo com Jodelet (2001), atuam como guias aos seres humanos, auxiliando-os a nomear e definir diferentes aspectos da realidade, para auxiliar na tomada de decisão e no posicionamento diante das questões cotidianas. Essas representações são veiculadas através de palavras, mensagens e imagens midiáticas, assim como por meio das condutas no espaço social. As representações sociais são um fenômeno complexo, em permanente ação na vida social e que se constitui de diversificados elementos ideológicos, cognitivos, normativos, como também de crenças, atitudes, opiniões, valores e imagens (JODELET, 2001).

As representações sociais atuam através da orientação e organização das condutas e das comunicações sociais na relação do sujeito com o mundo. Os processos cognitivos fazem parte dos elementos que constituem as representações e envolvem o pertencimento social dos sujeitos a partir das suas implicações afetivas e normativas, da interiorização das experiências vividas, assim como dos modelos de conduta e pensamento transmitidos pela comunicação social. Cabe destacar que as representações sociais possuem uma relação de simbolização e de interpretação que lhes conferem significações e resultam em uma construção e expressão do sujeito (JODELET, 2001).

Toda representação corresponde a uma imagem e uma significação; essa imagem representa uma ideia e vice-versa. Portanto, a cada imagem ou representação, existe uma ideia ou uma teoria implícita que faz parte das categorias e classificações criadas sobre um sujeito. As imagens sociais podem ser consideradas como uma forma de classificar as pessoas a partir da construção de teorias implícitas sobre os sujeitos e sobre a forma de se comportarem. Essas teorias acabam por guiar, em muitos casos, o comportamento e as interações direcionadas aos sujeitos alvo. Estes, por sua vez, acabam sendo rotulados ou classificados reforçando as imagens criadas sobre eles (DOMINGUES, 2013; MOSCOVICI, 2010).

Assim, as interações ocorridas e direcionadas ao público alvo reforçam as representações criadas e difundidas no social. Isso faz com que, a todo o momento, ocorram tentativas de confirmação da imagem criada através dos julgamentos e classificações estabelecidos. Aspectos como estes influenciam a maneira das pessoas se relacionarem entre si e de como estas vão agir frente às imagens criadas e direcionadas a um determinado público (DOMINGUES, 2013; MOSCOVICI, 2010).

Tajfel (1974) acredita que esse processo, denominado de interações intergrupais, pode explicar muitas das atitudes e comportamentos direcionados a outro grupo, ou seja, as relações que se estabelecem entre os membros do grupo (*ingroup*) e entre grupos (*outgroup*) bem como as imagens criadas sobre estes. No entanto, para que isso ocorra, os membros de um grupo devem se sentir pertencentes a um grupo específico claramente distinto daquele que discriminam. Esse sentimento de pertença faz com que o grupo externo seja percebido como uma ameaça. Esse sentimento de ameaça em contrapartida faz com que os indivíduos de um mesmo grupo criem uma maior filiação e identificação que reforça muitas vezes a hostilidade direcionada a grupos externos. Isso pode gerar vários tipos de conflitos entre grupos devido às rivalidades e sentimentos negativos voltados ao grupo visto como ameaçador (TAJFEL, 1974). Nesse sentido, Casas (2006a) destaca que quando um sujeito participa de um grupo e desenvolve um sentimento de pertencimento imediatamente surgem os denominados processos de diferenciação categorial. Esse processo apresenta várias dinâmicas como disposição para reconhecer as semelhanças do endogrupo, disposição para identificar as diferenças intergrupais, maior tendência a valorizar o endogrupo e subvalorizar o exogrupo, assim como maior resistência a partilhar das semelhanças intergrupais e reconhecer as diferenças intragrupoais, ou seja, do seu próprio grupo. Isso quer dizer que as identificações aumentam no grupo interno e diminuem conforme se afasta do mesmo ou se aproxima de um grupo externo. Esse processo instigaria a criação de categorias de diferenciação entre os grupos (CASAS, 2006a; 2010). Dentro do grupo interno, os sujeitos se sentem protegidos, como um abrigo comum onde os membros se protegem das ameaças e perigos externos. Essas relações intergrupais estão presentes em todas as sociedades desde o início da vida do sujeito, formando uma complexa rede de agrupamentos e relações. Uma das questões mais importantes na vida do sujeito são sua inserção na sociedade e o seu compromisso de criar e definir o seu lugar nessa rede de relações. As atitudes e comportamentos intergrupais são determinadas por este processo contínuo de auto-definição (TAJFEL, 1974).

Segundo Moscovici (2011), quando uma pessoa começa a participar de um grupo, traz consigo sua singularidade, a qual engloba informações, opiniões, conhecimento, atitudes, preconceitos, valores, crenças e comportamentos que implicam diferentes percepções e sentimentos direcionados às relações estabelecidas e compartilhadas. Essas diferenças que o sujeito traz passam a constituir parte da sua identidade naquele grupo e vão determinar o modo de agir no meio em que está inserido e nas relações com outros grupos (MOSCOVICI, 2011). Casas (2010), por sua vez, acrescenta que cada grupo de pessoas possui uma tendência a atribuir qualidades inferiores a outro grupo. Isso perpassa, desde as qualidades positivas que são destacadas no grupo de pertencimento (endogrupo), até a desqualificação e exacerbação dos aspectos negativos do outro grupo (exogrupo). Esse mecanismo acaba por generalizar os aspectos negativos a todos os grupos de igual forma. Ainda ressalta que modificar este tipo de processo, chamado de diferenciação categorial, depende tempo e energia, visto que gera resistências difíceis de serem modificadas. Essas resistências existem para sustentar uma lógica compartilhada que sustenta uma categorização dicotômica que favorece o endogrupo (CASAS, 2010).

Segundo Casas (2010), ao surgir evidências que causam um descrédito nas concepções criadas, surgem diversos mecanismos defensivos que são ativados para fazer prevalecer à lógica que mantém a diferenciação categorial. A partir do momento que se criam diferenciações entre os sujeitos, através de categorias específicas, toda a lógica que tende a generalizar as características acaba por ser refutada, como por exemplo, a de que todos somos seres humanos com direitos únicos e universais (CASAS, 2006a, 2010).

Tajfel (1974) descreve quatro conceitos importantes para o entendimento das relações intergrupais a saber: categorização social, identidade social, comparação social e distinção psicológica. A categorização social, semelhante à diferenciação categorial descrita por Casas (2006a), é a forma que o sujeito encontra para sistematizar e simplificar seu ambiente. Assim, a categorização social divide os sujeitos em grupos de acordo com suas intenções, ações, sistema de crenças e atitudes. Esta acaba se constituindo em um sistema de orientação do sujeito que cria e define o lugar do indivíduo na sociedade. A identidade social, por sua vez, faz parte de um auto-conceito individual que deriva do conhecimento e da pertença do sujeito a um grupo social, assim como do significado emocional ligado a essa adesão. Já a comparação social consiste na ideia de que as pessoas avaliam as suas opiniões e habilidades por comparação, ou seja, através da comparação das suas opiniões e habilidades com as

opiniões e habilidades dos outros. Por último, a distinção psicológica refere-se à tendência do sujeito de favorecer os grupos que possuem preferências semelhantes as suas distinguindo-o dos outros grupos. Isso interfere na aceitação mútua e interação com exogrupos. Todos esses conceitos formam entre si uma rede de significados que diferencia os grupos e interfere na atribuição de valores e julgamentos (TAJFEL, 1974).

Conforme Tajfel (1974), todo esse processo contribui para a construção e disseminação das imagens sociais entre os grupos. Essas imagens sociais estruturam-se em três dimensões que interagem entre si e que prevalecem uma sobre a outra dependendo do grupo social do sujeito: dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa. A dimensão cognitiva refere-se às informações disseminadas sobre o grupo alvo e que constitui os estereótipos. A dimensão afetiva abarca os sentimentos gerados pelo intergrupo e a dimensão avaliativa consistiria no juízo de valor atribuído aos grupos sociais (TAJFEL, 1974).

A criação dos estereótipos descritos por Tajfel (1974) como pertencentes a uma dimensão cognitiva do sujeito origina os processos de diferenciação. A estigmatização surge dessa diferenciação entre os sujeitos e aparece associada a aspectos negativos, e ocorre quando uma pessoa possui algum atributo ou característica que transmite uma identidade social que é vista, pelo meio em que está inserida, como negativa ou desvalorizada (MAJOR; O'BRIEN, 2005).

O estigma pode ainda aparecer sob diferentes formatos, de uma forma visível ou invisível, assim como controlável ou incontrolável, ligado à aparência, a um comportamento ou a um grupo de pertencimento. Esses estereótipos são amplamente partilhados e conhecidos em contextos determinados ou culturas e constituem-se na base dos processos de exclusão. O estigma pode ser considerado como uma construção social, como uma etiqueta fixada no sujeito alvo conferindo-lhe um atributo ou comportamento esperado (MAJOR; O'BRIEN, 2005).

Segundo Goffman (2008a), um estigma constitui-se em um tipo de relação entre atributo e estereótipo que se divide em três tipos distintos. O primeiro aparece relacionado ao corpo, ou seja, o estigma das deformidades físicas. O segundo está atrelado às crenças falsas ou rígidas que surgem de discursos e relatos disseminados no social e, o terceiro está relacionado aos estigmas de raça, nacionalidade ou religião que podem ser transmitidos através da transgeracionalidade ou entre os membros de um mesmo grupo. Dessa forma, o estigma inscreve no sujeito uma característica diferente dos demais que o tornam excluído ou

afastado de determinado grupo. Isso faz com que outros de seus atributos não recebam atenção, devido ao aspecto negativo trazido pelo atributo que lhe discriminou. Com base nisso, várias são as discriminações que surgem e que colocam o sujeito num lugar de inferioridade perante os demais (GOFFMAN, 2008a).

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) mencionam que o termo estereótipo deriva de duas palavras gregas *stereos* e *túpos* que significam, respectivamente, “rígido” e “traço”, ou seja, a própria definição de estereótipo já indica a utilização de traços rígidos para designar alguém. Além disso, a literatura demonstra que a maioria dos autores utiliza o termo estereótipo como definição para crenças compartilhadas sobre atributos ou até mesmo comportamentos de determinados grupos ou pessoas e que o estereótipo pode ser a base cognitiva do preconceito (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009).

Soares (2004) complementa que o estigma acaba por dissolver a identidade do outro, substituindo-a e classificando-a num modelo imposto e reconhecido pelo social. A partir do momento que se prevê algum atributo ou comportamento, está se estimulando o preconceito através de estereótipos que discriminam e diminuem o sujeito. O preconceito gerado por essas ações provoca invisibilidade do sujeito e projeta sobre a pessoa estigmatizada uma imagem negativa que se identifica apenas com as limitações de quem as projeta (SOARES, 2004).

Casas (2006b) acredita que esses aspectos interferem nas representações sociais da infância e que esses perpassam um conjunto de saberes implícitos ou cotidianos fortemente arraigados e resistentes a mudanças. Estes saberes criados *a priori* acabam por impor uma determinada lógica à infância, condicionando as crianças e limitando as suas possibilidades de obter experiências fora da lógica colocada para elas. Sabe-se que as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado que acabam por orientar as condutas e as relações sociais a partir dos significados criados e compartilhados em um sistema pré-existente de pensamento (CASAS, 2006b).

Casas (2006b) considera que as intervenções sociais direcionadas à infância passam por transformações ao longo do tempo que lhe conferem diferentes paradigmas e formas de intervenção. Inicialmente, versava o paradigma da especialização que estava focado em identificar o problema e categorizá-lo. Somente após esse momento inicial é que uma intervenção especializada, através das instituições e de profissionais, atuava sobre o problema identificado. Num outro momento, aparece o paradigma da normalização que buscava organizar o contexto de atenção e tratamento do problema, evitando experiências divergentes

da maioria da população da mesma faixa etária ou contexto sociocultural. O último e mais recente paradigma é o dos direitos que se centra na perspectiva da criança e no seu melhor interesse. Este se encontra embasado nos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das crianças e centra-se na participação. Portanto, percebe-se que o tratamento direcionado às crianças modificou-se até se atentar para o melhor interesse da criança (CASAS, 2006b).

Casas (2006a) ainda ressalta que as representações sociais ou imagens sociais da infância no mundo ocidental permanecem como aqueles que ainda não são como os adultos, ou seja, ainda não são tão importantes socialmente como o adulto. Isso demonstra uma visão adultocêntrica em que as crianças acabam por ser desvalorizadas, pois o seu ponto de vista não possui a mesma consideração que um adulto. Observa-se isto, por exemplo, quando os direitos das crianças são discutidos. Quem decide sobre estes direitos são os adultos. Muitos dos direitos angariados pelos infantes foram direcionados pelos adultos. Às crianças, coube a discriminação em razão da sua idade (CASAS, 2006b).

Este tipo de entendimento faz parte das representações sociais de que os adultos são estáveis e as crianças estão num momento de transformações e mudanças. São perspectivas distintas de uma mesma realidade. Ao invés de aceitar que o adulto não é tão competente como a criança, torna-se imperativo evitar a discussão sobre o tema ou até mesmo desvalorizar as competências do infante. No caso das crianças tuteladas pelo Estado, essa visão torna-se mais distorcida ainda, pois são constituídos como seres invisíveis, devido a sua particularidade de estar institucionalizados. Assim, a sua história e as suas particularidades acabam tornando a criança institucionalizada invisível frente aos investimentos do Estado que não lhe proporciona as mesmas oportunidades que as crianças mais favorecidas. Dessa forma, as crianças institucionalizadas apresentam desigualdades de oportunidades educativas e, conseqüentemente, um maior risco de desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho o qual contribui para a sua exclusão social (CASAS, 2006b; CASAS; MONTSERRAT, 2012).

O sistema educativo, por sua vez, acaba por não reconhecer as crianças acolhidas institucionalmente como uma população que possui particularidades que necessitam de atenção. Ao longo da história, muitas dessas necessidades foram ignoradas e o apoio, muitas vezes, negligenciado. A negação da realidade dessas crianças acarreta resultados negativos, assim como perversas conseqüências para o seu futuro (CASAS, 2010).

Casas (2010) traz um estudo realizado em 2008, no Reino Unido, para demonstrar essa realidade. O estudo destacou que apenas 14% das crianças institucionalizadas acabavam por concluir a sua formação básica. Já, no ano de 2003, estimou-se que apenas 1% dos tutelados chegava ao ensino superior. Esses dados são alarmantes e demonstram a necessidade de modificações dessa realidade e a atenção que deve ser dispensada às crianças em acolhimento.

As desigualdades com os acolhidos também têm outros aspectos. De acordo com Arpini (2003), os acolhidos ainda sofrem forte estigma social que acaba por marcar as suas vidas, fazendo com que carreguem uma imagem negativa frente à sociedade. Muitas das crianças e adolescentes acolhidos sofrem preconceitos e discriminação em outros contextos sociais, para além da instituição de acolhimento. Em estudo da autora, identificaram-se imagens negativas dos profissionais que atendem jovens acolhidos, o que influencia suas práticas. Isso é um reflexo das imagens sociais inscritas sobre esse público, que acaba por interferir no atendimento prestado pelos profissionais, desvalorizando-o ou desqualificando-o.

Guedes e Scarcelli (2014) compartilham dessa ideia ao afirmar que apesar da legislação brasileira ter trazido uma nova concepção de infância, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, existe uma luta pelo reconhecimento dos direitos garantidos à infância e adolescência. As autoras defendem que a própria concepção, trazida pela legislação, modelo de bem-estar social, enfatiza uma criança e adolescente mais autônomo, íntegro e detentor de vontade e personalidade própria, em contraponto aquela criança e adolescente de outrora subalterna e passiva diante das ações do Estado. Na realidade das instituições, ainda parece repercutir uma visão antiga, visto que existe uma disparidade entre o preconizado pela legislação e as práticas das instituições de acolhimento que acabam por perceber o acolhido, na maioria das vezes, de forma estigmatizada (GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Apesar do estudo de Arpini (2003) estar direcionado ao público adolescente, em acolhimento institucional, os dados podem ser equiparados aos das crianças em situação semelhante. A autora ressalta que o adolescente institucionalizado é visto sob um forte estigma social que lhe confere uma marca que passa a carregar, pois são julgados como alguém que traz consigo problemas que fazem parte da sua constituição e que legitimam o lugar que ocupam no social, lugar este perpassado pela discriminação e preconceito. Lauz e Borges (2013), por sua vez, ressaltam que é necessário cuidado em relação à visão que se tem do público atendido por instituições de acolhimento, evitando a estigmatização e a atribuição

de conceitos morais as suas vivências. Em estudo publicado pelas referidas autoras, em 2013, evidencia-se que as famílias das crianças acolhidas também sofrem com a estigmatização, pois, a partir dos achados, pode-se perceber que os profissionais das instituições de acolhimento consideram essas famílias omissas e irresponsáveis. Tal estudo indica que concepções como essa acabam interferindo no trabalho dos profissionais com as crianças acolhidas, visto que partem da culpabilização dessas famílias devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram, sendo inclusive julgadas como incapazes de cuidar de seus filhos devido às disfuncionalidades que possuem e que prejudicam seus filhos (LAUZ; BORGES, 2013). Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) corroboram com essa ideia ao afirmarem que os profissionais das instituições de acolhimento demonstram expectativas idealizadas e estereotipadas sobre a família dos acolhidos, que inclusive são reforçadas pela expectativa que possuem dos papéis e deveres parentais que devem ser exercidos.

A literatura tem evidenciado baixa expectativa e desvalorização associada às crianças e aos adolescentes institucionalizados e suas famílias, que parecem advir, principalmente, de estereótipos e concepções errôneas sobre elas (ARPINI, 2003; CASAS, 2006a; CASAS; MONTSERRAT, 2012; GUARÁ, 2006; LOPES; ARPINI, 2009; MARTELLET; SIQUEIRA, 2014; VASCONCELLOS; YUNES; GARCIA, 2009). Estas concepções influenciam na forma como as crianças são vistas, como também nas expectativas que a sociedade tem sobre elas, impactando no seu desenvolvimento. Além disso, estudos que sistematizem de forma empírica as imagens sociais de crianças institucionalizadas ainda são inéditos na realidade brasileira. A partir do momento que se tiver mais estudos sobre as imagens sociais das crianças em acolhimento institucional será possível propor mudanças no modo como o social percebe esse público.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral: Verificar as imagens sociais de crianças de estatuto socioeconômico baixo, médio e de crianças institucionalizadas.

3.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar as imagens sociais atribuídas à criança de estatuto socioeconômico médio e baixo que vivem com suas famílias;
- b) Investigar as imagens sociais atribuídas às crianças que vivem em acolhimento institucional;
- c) Comparar as imagens sociais atribuídas às crianças de estatuto socioeconômico médio e baixo que vivem com suas famílias às das crianças que vivem em acolhimento institucional.

4. MÉTODO

4.1 Estudo

Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa transcultural intitulado “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados” desenvolvido a partir de uma parceria entre o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL, Portugal) e três universidades brasileiras: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2013, que teve o intuito de investigar questões, ainda pouco exploradas na literatura, sobre crianças e suas famílias. Dessa forma, estudos exploratórios com objetivos similares vêm sendo realizados tanto no Brasil como em Portugal (CALHEIROS et al, 2015; DOMINGUES, 2013). Tratou-se de uma investigação dividida em três estudos: o estudo 1, de caráter qualitativo, investigou as imagens sociais (traços e atributos) que leigos (adultos) e profissionais (professores, assistentes sociais, psicólogos, técnicos da área da saúde e trabalhadores que atuam em instituições de acolhimento) possuem acerca das crianças e adolescentes institucionalizados, suas famílias e as instituições que os acolhem. Os participantes responderam a um questionário composto por questões abertas relacionadas aos atributos do público pesquisado. Os estudos 2 e 3 tratam da construção e validação de um instrumento padronizado de investigação das imagens sociais para jovens em acolhimento e suas famílias e da elaboração de um modelo explicativo das imagens sociais dessa população. Estes estudos não fazem parte dessa dissertação. Portanto, o presente estudo é um “recorte” do projeto transcultural e interinstitucional, e se refere aos dados coletados no estudo 1, mais especificamente os dados das crianças que moram com famílias de estatuto socioeconômico médio e baixo e das crianças institucionalizadas. Sendo assim, possui o objetivo de analisar os dados referentes às crianças que vivem com suas famílias, de estatuto socioeconômico médio e baixo, assim como as crianças que vivem em acolhimento institucional, comparando os dados com o intuito de verificar semelhanças e diferenças em suas imagens sociais.

4.2 Delineamento

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com delineamento quali-quantitativo. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 20), “esses dois enfoques são formas que se demonstraram muito úteis para o desenvolvimento do conhecimento científico e nenhum é intrinsecamente melhor que o outro”. Dessa forma, ambos podem ser utilizados num mesmo estudo, enriquecendo-o, de forma complementar. O enfoque qualitativo é mais indutivo e expansivo e seu método de análise é mais interpretativo. Este enfoque terá destaque na análise de conteúdo dos dados coletados na pesquisa, os atributos citados pelos participantes. O enfoque quantitativo, em destaque neste estudo no levantamento de frequência e percentuais dos atributos e suas valências e na realização do teste Z, caracteriza-se pela formulação de hipóteses, bem como visa generalizar os resultados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

4.3 Participantes

Participaram 83 adultos residentes em três municípios do estado do Rio Grande do Sul: 18 de Porto Alegre, 17 de Rio Grande e 48 de Santa Maria. Os participantes tinham idades entre 16 e 62 anos ($M = 31,99$, $DP = 11,46$), sendo a maioria do sexo feminino (77,1%), solteira (62,7%), com Ensino Médio completo (50,6%) ou Superior completo (37,3%); 50,6% não conheciam alguma criança ou jovem que se encontrasse em acolhimento institucional e 60,2% não trabalhavam na área de criança em risco e perigo (leigos).

4.4 Instrumentos

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário composto por questões abertas, elaborado para este estudo e adaptado do instrumento utilizado por Domingues (2013), em Portugal, em estudo semelhante. O instrumento estava dividido em quatro versões onde os participantes indicaram quais traços associavam a (1) crianças institucionalizadas (dos 0 a 12 anos), (2) a jovens institucionalizados (dos 12 aos 18 anos), (3) os atributos associados às famílias dessas crianças e adolescentes, e (4) as imagens que estas pessoas têm acerca das instituições em que estas crianças e jovens se encontram. O instrumento solicitava que fossem listados atributos para eles. Cada um dos questionários

apresentava inicialmente os objetivos do estudo e uma breve vinheta explicando uma situação singular. Uma dessas vinhetas, por exemplo, continha as seguintes informações:

“O acolhimento em abrigos constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

Logo após uma vinheta como esta, o questionário solicitava que o participante pensasse em uma criança (entre 0 e 12 anos) que vivesse numa instituição e como ele descreveria essa criança através de cinco características/atributos. Cada participante teve acesso a apenas uma das versões existentes do questionário, sendo solicitado que escrevesse os atributos para as situações propostas pelo questionário que lhe foi entregue. Ao final do instrumento, foram solicitadas informações sobre o contato do participante com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, assim como informações sociodemográficas como idade, sexo e estado civil. No anexo A, é apresentado o modelo de questionário e suas versões, em que aparecem incluídas as questões sobre as características associadas às crianças, visto que este estudo tem como foco a análise dos questionários que se referem aos atributos desta população.

4.5 Procedimentos e Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, sob o parecer número 420.578, em 07/10/2013, e segue todos os preceitos éticos determinados pela Resolução CNS 466/12 (BRASIL, 2012a) que dispõe sobre as diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos. Os participantes foram acessados em diferentes instituições (instituições de acolhimento, escolas, projetos sociais, unidades de saúde) das cidades participantes e, em locais de circulação pública, por conveniência, sendo convidados a participar do estudo. Foram oferecidas informações sobre

os objetivos do estudo, sobre a voluntariedade da participação, a garantia de sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa, assim como de que não havia respostas certas ou erradas, visto que o interesse do pesquisador era a opinião dos participantes. Os participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme consta no Anexo B. Todos os cuidados foram tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como das instituições envolvidas. Ao final, o pesquisador agradeceu aos participantes do estudo pelo preenchimento do instrumento e pela disposição em participar da pesquisa. Em nenhum dos procedimentos realizados, houve riscos à dignidade do participante, e todo material desta pesquisa encontra-se sob responsabilidade dos pesquisadores. Os protocolos ficarão armazenados no Departamento de Psicologia/UFRGS, e após cinco anos, o material coletado será destruído. Está prevista uma devolução dos resultados do estudo, de forma coletiva, para as instituições participantes.

4.6 Análise dos Dados

Conforme Rudio (2011), a partir do momento em que o pesquisador tem diante de si os dados do seu estudo, deverá organizá-los e ordená-los para que possam ser analisados e interpretados. Segundo o autor, os dados devem ser codificados e tabulados através de um processo de classificação. Esse processo envolve critérios e categorizações que vão auxiliar na organização dos dados. Essa organização permite que os significados gerados pelo estudo possam ser melhor compreendidos (RUDIO, 2011).

Pensando nisto, um método muito utilizado em pesquisas qualitativas e que se enquadra neste estudo, visto sua natureza mista, é a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2004, p. 26), a análise de conteúdo é “um método muito empírico que depende do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como *objetivo*”. Portanto, este tipo de análise compreende um conjunto de técnicas de pesquisa que tem como objetivo principal a busca de sentido nos dados analisados (CAMPOS, 2004).

A análise ocorreu em três etapas e partiu dos dados relacionados à infância. Todos os atributos/frases/expressões mencionados pelos participantes, relacionados à criança (de estatuto socioeconômico médio, de estatuto socioeconômico baixo e institucionalizada) foram analisados em sua totalidade, a fim de mapear a concepção de infância subjacente aos

atributos citados. Foram 648 atributos, frases ou expressões. A análise de conteúdo, por sua vez, constituiu-se como a primeira etapa de análise dos dados do estudo e mostrou-se como um desafio, visto a grande quantidade de atributos gerados pelo instrumento de coleta de dados. Nesta etapa, as respostas que não se constituíam em atributos (frases e expressões), as que apareceram em um número muito baixo (até duas vezes) e aquelas que possuíam um duplo sentido foram descartadas. Alguns exemplos de palavras, frases e expressões descartadas foram: “vive muitas horas em frente ao computador”, “vivenciam o coletivo”, “visão de mundo menos ampla”, “tem condições”, “sem tanta mágoa”, “carente”, “sem individualidades”, “sedenta por aprendizado”, “renovando a identidade”, “ociosidade”, “não consegui definir as características do jovem, visto que o texto apresenta mais o contexto (financeiro) da família, que o contexto emocional e afetivo”, “muito tempo na companhia de amigos/vizinhos”, “intelectualmente desfavorecida”, “identidade e individualidades preservadas”, “habilidades psicomotoras desenvolvidas”, “essa criança não terá uma imagem de pai e mãe, portanto não se relacionará igual as outras”, “acostumada a ter duas demandas atendidas”, “alheia ao mundo externo”. Os atributos foram organizados em categorias conforme a sua afinidade e semelhança semântica. Do total das 648 palavras, foram descartadas 244 palavras, restando 404 atributos divididos em seis categorias com valência negativa e positiva cada. Para a criança do estatuto socioeconômico médio, couberam 102 atributos, para a criança do estatuto socioeconômico baixo restaram 97 atributos e para a criança institucionalizada, 205 atributos.

Na segunda etapa, utilizou-se da análise de juízes por consenso. Nesta fase, os dados categorizados, na primeira etapa, foram analisados por dois pesquisadores com reconhecido conhecimento na área da infância e da institucionalização, que avaliaram a categorização realizada na primeira etapa. Assim, conforme o consenso dos juízes se definiu as categorias utilizadas. Esta etapa possibilitou uma maior fidedignidade ao estudo, pois diferentes pesquisadores observaram e procuraram contribuir com a análise. De acordo com Alexandre e Coluci (2011), a literatura aborda que esses juízes devem possuir experiência no assunto abordado, tendo já publicado ou pesquisado sobre o mesmo, para contribuir de forma mais fidedigna com a análise. Para as autoras, este é um método muito eficiente na validação de conteúdo contribuindo muito para estudos e pesquisas, assim como na validação de instrumentos.

Ambos os procedimentos descritos anteriormente (etapa 1 e 2) deram origem a seis categorias, cada uma delas com valência negativa e positiva, e que agruparam os diferentes atributos citados pelos participantes para as situações apresentadas, conforme segue:

1. **Segurança e Proteção:** esta categoria agrupa atributos relacionados com segurança, proteção e acolhimento direcionados à criança e ao ambiente em que ela vive. Subdivide-se em Aspectos Negativos (como: abandonada, solitária, fragilizada, perdida, vulnerável, vítima, necessitada, sofrida, tensa) e Aspectos Positivos (como: protegida, segura, privilegiada, tranqüila, independente, bem cuidada).
2. **Atitudes Interpessoais:** esta categoria agrupa atributos relacionados a comportamentos e relações interpessoais. Subdivide-se em Aspectos Negativos (como: agressiva, atrevida, indisciplinada, anti-social, violenta, teimosa, subversiva, problemática, amedrontada, humilhada, irritada, revoltada) e Aspectos Positivos (como: sociável, obediente, receptiva, comunicativa, humilde, solidária).
3. **Educação e Escolaridade:** esta categoria trata de aspectos relativos à educação, de forma geral, da criança frente à escola ou outra pessoa. Subdivide-se em Aspectos Negativos (como: atarefada, mal educada, com problemas escolares) e Aspectos Positivos (como: educada, estudiosa, inteligente).
4. **Características Pessoais:** esta categoria aborda atributos relacionados, principalmente, ao modo de ser de cada um, ou seja, a aspectos subjetivos. Subdivide-se em Aspectos Negativos (como: acomodada, apática, desanimada, alheia, desconfiada, desmotivada, desorganizada, introspectiva, insatisfeita, instável, irritada, preocupada, retraída, tímida, mimada, possessiva, frustrada) e Aspectos Positivos (como: autônoma, confiante, satisfeita, confiável, esforçada, esperançosa, esperta organizada, otimista, perspicaz, resiliente, sincera, sonhadora, responsável).
5. **Afeto:** esta categoria agrupa atributos relacionados com a presença ou ausência de afeto. Subdivide-se em Aspectos Negativos (como: baixa autoestima, carente de afeto, infeliz, triste) e Aspectos Positivos (como: afetiva, alegre, feliz, boa autoestima, sensível).
6. **Saúde:** esta categoria agrupa atributos relacionados à presença ou ausência de sintomas ou problemas de saúde. Subdivide-se em Aspectos Negativos (como:

desnutrida, doente, depressiva, melancólica, ansiosa, angustiada, suja, desequilibrada) e Aspectos Positivos (como: equilibrada, saudável).

Por fim, realizou-se uma análise de frequências dos atributos já categorizados. Dessa forma, os dados quantitativos foram analisados com o auxílio de um programa estatístico (*Statistical Package of Social Sciences, SPSS 20.0*). Esse procedimento realizou-se de igual forma com as categorias de atributos mencionados às crianças pertencentes a famílias de estatuto socioeconômico médio e baixo e as crianças institucionalizadas, comparando-se os atributos de maior frequência citados. Foram realizadas análises através de teste Z para verificar as diferenças entre as proporções dos grupos em cada categoria.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão serão apresentados seguindo a seguinte organização: (1) Infância: esta sessão contém os dados e a discussão da análise que reuniu os atributos tanto da criança de estatuto socioeconômico médio quanto os da criança de estatuto socioeconômico baixo, fornecendo uma ideia geral de infância; (2) Infância e Estatuto Socioeconômico: esta sessão inclui os dados e a discussão sobre os atributos da criança de estatuto socioeconômico médio e dos da criança de estatuto socioeconômico baixo e sua comparação; e por fim, (3) Infância Institucionalizada e Estatuto Socioeconômico: essa sessão apresenta os dados e a discussão sobre os atributos da criança que vive em acolhimento institucional, bem como a comparação desses atributos com aqueles relacionados às crianças de estatuto socioeconômico médio e baixo. O teste Z foi utilizado para avaliar a significância estatística das diferenças na atribuição de características e na valência das categorias de análise aos três tipos de crianças.

(1) Infância

A infância tem sido compreendida atualmente a partir de um amplo espectro de possibilidades. A análise histórica realizada permite identificar a criança como objeto de tutela, como fonte de entretenimento, ou mesmo como objeto de desejos sexuais de adultos. Como os questionários relacionados às crianças mesclavam duas situações (criança de estatuto socioeconômico baixo e criança institucionalizada e criança de estatuto socioeconômico médio e criança institucionalizada), tem-se praticamente o dobro de respostas para a situação de crianças institucionalizadas, e por isso, nessa análise, excluíram-se esses dados e focou-se nos dados das categorias criança de estatuto socioeconômico médio e criança de estatuto socioeconômico baixo reunidos. A análise das frequências das categorias de atributos conferidos às diferentes crianças possibilitou a identificação da presença de imagens sociais diversificadas. Assim, a Tabela 1 apresenta a frequência dos atributos da infância.

Tabela 1. Frequências das categorias de análise relativas à infância

Categorias	Valência	<i>f</i>	%
-------------------	-----------------	-----------------	----------

Segurança e Proteção	Negativa	12	6
	Positiva	13	6,5
Atitudes Interpessoais	Negativa	9	4,5
	Positiva	9	4,5
Educação e Escolaridade	Negativa	7	3,5
	Positiva	26	13,1
Características Pessoais	Negativa	26	13,1
	Positiva	26	13,1
Afeto	Negativa	14	7,1
	Positiva	38	19,1
Saúde	Negativa	12	6
	Positiva	7	3,5

Partindo dessa análise, observou-se um equilíbrio na frequência de atributos positivos e negativos nas categorias “segurança e proteção”, “atitudes interpessoais” e “características pessoais”. Este resultado evidencia a diversidade de concepções de infância existentes, tendo em vista que ao reunir crianças de estatutos socioeconômicos diferentes, um equilíbrio entre aspectos negativos e positivos foi encontrado. Uma análise mais pormenorizada será apresentada no momento de discussão sobre as diferentes concepções nos diferentes estatutos. A Tabela 2 apresenta as frequências e os percentuais das categorias, considerando a sua valência positiva e negativa da infância.

Tabela 2. Frequências e percentuais por valência negativa e positiva da infância

Categorias	Valência	f	%	Z	p
Segurança e Proteção	Negativa	12	48	0,28	0,77
	Positiva	13	52		
Atitudes Interpessoais	Negativa	9	50	–	1
	Positiva	9	50		
Educação e Escolaridade	Negativa	7	21,2	4,67	<0,001
	Positiva	26	78,8		
Características Pessoais	Negativa	26	50	–	1
	Positiva	26	50		
Afeto	Negativa	14	26,9	4,7	<0,001
	Positiva	38	73,1		
Saúde	Negativa	12	63,2	-1,62	0,105
	Positiva	7	36,8		

Nota: *p<0,05; **p<0,001

Conforme a Tabela 2, nas categorias “Educação e escolaridade” e “Afeto”, houve um predomínio de atributos de valência positiva, ou seja, atributos como “educada”, “estudiosa”,

“inteligente”, “afetiva”, “alegre” e “feliz” estiveram mais presentes do que atributos de valência negativa, como “mal educada”, “baixa autoestima”, “infeliz” sendo essa diferença significativa. Esses dados vêm ao encontro da literatura quando aborda que a sociedade, desde a Idade Moderna, vem se preparando para educar a infância, para prepará-la para o mundo adulto, aparecendo a ideia da infância como tempo de formação. Ariès (1978) já abordava esse aspecto na obra “História social da criança e da família” e, posteriormente, outros autores (MARCHI; GUTIÉRREZ, 2015; MÁRQUES, 2011; SILVA; TONIOLO, 2010) reforçaram esses aspectos, inclusive, a infância como futuro da nação, ou seja, a infância como tempo de preparação para o mundo adulto e que, por isso, deve estudar, aprender, se qualificar. Outra ideia é quanto aos cuidados voltados à criança, a partir do advento da infância, a criança começou a ser objeto de preocupação, principalmente do Estado, que criou políticas públicas voltadas à saúde da criança e ao seu bem-estar, demonstrando a importância de aspectos positivos no seu desenvolvimento (GURSKI, 2012). Portanto, cada vez mais aspectos voltados aos cuidados para criação de uma infância feliz e saudável foram introduzidos na sociedade.

(2) Infância e Estatuto Socioeconômico

A diversidade de concepções sobre infância reflete a diferença com que a infância pobre e a de melhores condições socioeconômicas são vistas pela sociedade. Serão discutidos os dados referentes às crianças de estatuto socioeconômico médio, seguidos dos dados das crianças de estatuto socioeconômico baixo, e por fim, uma integração e análise comparativa serão realizadas.

Foram encontrados 102 atributos no grupo de crianças de estatuto socioeconômico médio, sendo 83 características positivas e 19 características negativas. A Tabela 3 apresenta as frequências e os percentuais das categorias, considerando a sua valência negativa e positiva das crianças de estatuto socioeconômico médio. A análise revelou que estas crianças foram descritas predominantemente por características positivas, sendo essa diferença significativa exceto nas categorias “Características Pessoais” e “Saúde”. Para os participantes do estudo, as crianças de estatuto médio são privilegiadas, seguras, independentes, educadas, alegres e com boa autoestima.

Tabela 3. Frequências e percentuais por valência negativa e positiva das crianças de estatuto socioeconômico médio

Categorias	Valência	f	%	Z	p
Segurança e Proteção	Negativa	2	15,4	3,05	<0,001
	Positiva	11	84,6		
Atitudes Interpessoais	Negativa	1	14,3	2,67	0,008
	Positiva	6	85,7		
Educação e Escolaridade	Negativa	2	8,7	5,6	<0,001
	Positiva	21	91,3		
Características Pessoais	Negativa	11	45,8	0,57	0,056
	Positiva	13	54,2		
Afeto	Negativa	1	3,6	6,94	<0,001
	Positiva	27	96,4		
Saúde	Negativa	2	28,6	1,6	0,109
	Positiva	5	71,4		

Nota: *p<0,05; **p<0,001

Foram encontrados 97 atributos no grupo de crianças de estatuto socioeconômico baixo, sendo 36 características positivas e 61 características negativas. A Tabela 4 apresenta as frequências e os percentuais das categorias, considerando a sua valência negativa e positiva das crianças de estatuto socioeconômico baixo. A análise revelou que estas crianças foram descritas predominantemente por características negativas, sendo essa diferença significativa nas categorias “Segurança e Proteção”, “Atitudes Interpessoais” e “Saúde”. Para os participantes do estudo, as crianças de estatuto socioeconômico baixo são solitárias, vulneráveis, dependentes, agressivas, problemática e ansiosas.

Tabela 4. Frequências e percentuais por valência negativa e positiva das crianças de estatuto socioeconômico baixo

Categorias	Valência	f	%	Z	p
Segurança e Proteção	Negativa	10	83,3	-3,26	0,001
	Positiva	2	16,7		
Atitudes Interpessoais	Negativa	8	78,7	-2,13	0,033
	Positiva	3	21,3		
Educação e Escolaridade	Negativa	5	50	0	1
	Positiva	5	50		
Características Pessoais	Negativa	15	53,6	-0,53	0,59
	Positiva	13	46,4		
Afeto	Negativa	13	54,2	-0,57	0,56
	Positiva	11	45,8		
Saúde	Negativa	10	83,3	-3,26	0,001
	Positiva	2	16,7		

Nota: *p<0,05; **p<0,001

Houve um predomínio de atributos negativos para as crianças de estatuto socioeconômico baixo. Dentre os 97 atributos utilizados para descrever uma criança pertencente ao estatuto socioeconômico baixo, poucos atributos positivos apareceram, com destaque para as categorias “Segurança e Proteção” e “Saúde”, visto que apenas 2 atributos positivos foram mencionados, por exemplo. Pode-se inferir que a atribuição de aspectos negativos às crianças de baixo estatuto socioeconômico advém de todo um processo histórico de intervenção sobre a infância pobre, pautado na prevenção e higienização. Esta prevenção forçava a criança pobre a ser recolhida e profissionalizada, instruindo-a para posterior atuação no mercado de trabalho, geralmente no cargo de operários. Esse processo ocorria para proteger a sociedade dos males que estes poderiam causar quando adultos. As crianças pobres sofreram com o asilamento a partir da criação das primeiras instituições de acolhimento em 1875 e 1899, no Rio de Janeiro. Essas instituições voltavam-se para o cuidado dos “enfeitados”, ou seja, a sociedade se protegia institucionalizando a criança pobre de tal forma que sua posição de inferioridade, com relação as outras crianças e a sociedade em geral, se sobressaísse, ressaltando o seu lugar de marginalização e exclusão social (GULASSA, 2010; RIZZINI; GONDRA, 2014).

A diferença na visão das crianças dos diferentes contextos socioeconômicos motivou a realização de uma análise que observasse a diferença nessas proporções. A Tabela 5 apresenta os percentuais das categorias por valência para as crianças de estatuto médio e baixo.

Tabela 5. Percentuais de atributos por crianças de estatuto socioeconômico médio e baixo

Categorias	Valência	CESM %	CESB %	Z
Segurança e Proteção	Negativa	4,7	25	-2,63*
	Positiva	25,6	5	2,57*
Atitudes Interpessoais	Negativa	2,3	20	-2,58*
	Positiva	14	7,5	0,94
Educação e Escolaridade	Negativa	4,7	12,5	-1,28
	Positiva	48,8	12,5	3,56**
Características Pessoais	Negativa	25,6	37,5	-1,17
	Positiva	30,2	32,5	-0,22
Afeto	Negativa	2,3	32,5	-3,66**

	Positiva	62,8	27,5	3,22**
Saúde	Negativa	4,7	25	-2,63*
	Positiva	11,6	5	1,08

Nota: CESM:Criança de estatuto socioeconômico médio; CESB: Criança de estatuto socioeconômico baixo.

*p<0,05; **p<0,001

Foi possível constatar diferença significativa nas categorias “Segurança e Proteção”, “Atitudes Interpessoais”, “Educação e Escolaridade”, “Afeto” e “Saúde”. Aspectos negativos de segurança e proteção, atitudes interpessoais, afeto e saúde estiveram significativamente mais presente nas descrições das crianças de estatuto socioeconômico baixo quando comparadas às de estatuto socioeconômico médio, ao passo que aspectos positivos de segurança e proteção, educação e escolaridade, como também afeto estiveram significativamente mais presente nas descrições das crianças de estatuto socioeconômico médio quando comparadas às de estatuto socioeconômico baixo. Os resultados desse estudo demonstraram que na visão dos participantes, a criança pobre está em situação inferior à criança de melhor nível socioeconômico (médio), mas não com relação as suas condições socioeconômicas, são inferiores em suas atitudes interpessoais, devido a predominância de características de valência negativa. Ou seja, muitas crianças pobres ainda são reconhecidas pelo rótulo negativo e estigmatizante de menores, como outrora, ao invés de possuírem uma imagem de detentoras de direitos, como preconizado pela legislação atual. Conforme Perez e Passone (2010) e Mendonça (2002), houve a partir de 1980 importantes avanços nas políticas sociais que reorganizaram o sistema de proteção social à criança e adolescente, com o intuito primordial de redução da exclusão social e garantia plena de direitos a todas as crianças, independentemente de sua classe social. A própria criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), com a doutrina da proteção integral, procurou romper com a exclusão social vigente e a estigmatização das crianças das classes menos favorecidas, a partir da isonomia de direitos. Essa nova política, portanto, possibilitou a mudança da tutela jurídica para a responsabilidade do Estado em oferecer amparo e assistência integral às crianças, inclusive respeitando sua fase de desenvolvimento.

Entretanto, os dados encontrados possibilitaram perceber que o imaginário social sobre as crianças de estatuto socioeconômico baixo, em contraponto as crianças de estatuto socioeconômico médio, permanece impregnado de atributos e características negativas. As desvantagens e situações das quais são vítimas contaminam e invadem as suas características pessoais, por isso são vistas como acomodadas, apáticas, dependentes. Ou seja, apesar da

legislação em torno da infância ter obtido avanços, reconhecendo direitos e buscando eliminar as diferenças entre os infantes, o imaginário social sobre a criança pobre permanece o mesmo. Isso demonstra que a criança de estatuto socioeconômico baixo continua sendo discriminada pela sociedade, a qual não demonstra ter expectativas positivas suas. Portanto, percebe-se através desse estudo que as crianças possuem uma imagem negativa por pertencerem a uma classe social menos favorecida, e não por suas atitudes. Assim, cabem esforços, através de ações, para ressignificar a concepção arcaica sobre a criança pobre ainda presente na sociedade.

Chamou a atenção o dado específico da categoria “Educação e Escolaridade”, no qual sua valência positiva esteve fortemente associada às crianças de estatuto socioeconômico médio. Esse dado sugeriu que os participantes entendem que essa criança deve dedicar-se aos estudos e a sua formação acadêmica/profissional, não sendo essa a expectativa para as crianças de estatuto baixo. A condição social sempre foi um fator que influenciou a forma como as crianças foram tratadas, além do gênero e do local ou contexto em que habitavam (campo ou cidade). As crianças das classes abastadas, por exemplo, sempre foram tratadas de forma diferenciada das crianças da classe operária. As mais abastadas recebiam uma educação para aprenderem comportamentos e atitudes condizentes com sua futura posição social, enquanto as crianças pobres assumiam responsabilidades desde cedo, inclusive voltadas ao trabalho e a sua futura atuação no mundo adulto (RIZZINI; GONDRA, 2014; SANDIN, 1999). Acevedo, Quejada e Yáñez (2011) destacam que a participação de meninos e meninas em atividades do mercado de trabalho possui consequências problemáticas para as crianças, tanto no que se refere ao seu desenvolvimento quanto ao seu grau de instrução. No que se refere à educação, as atividades de escolarização e trabalho infantil são excludentes, pois competem no tempo disponível da criança, afirmam os autores. No entanto, o trabalho infantil ainda persiste no Brasil. Conforme dados do IBGE (BRASIL, 2012b), no ano de 2012, esse tipo de violação de direitos ainda era expressivo, em torno de 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos permaneciam no mercado de trabalho. Paz e Piselli (2011) acreditam que, apesar das consequências do trabalho infantil, muitas vezes as oportunidades de emprego para as crianças, principalmente as pobres, são mais acessíveis que as de educação, fazendo com que os pais dessas crianças sejam mais a favor do trabalho infantil do que da educação de seus filhos. A diferença de classes parece interferir também no desenvolvimento infantil, no que se refere aos estímulos proporcionados, talentos e interesses

individuais das crianças, conforme indica estudo de Lareau (2007), que pesquisou o papel da classe social na criação dos filhos. O estudo da autora indica que as crianças da classe trabalhadora e pobre passam grande parte de seu tempo em atividades informais, enquanto as crianças de classe média participam de atividades organizadas por adultos, o que acaba interferindo no seu desenvolvimento e desempenho escolar. Portanto, os dados encontrados na literatura corroboram os dados deste estudo, demonstrando que existem disparidades entre as crianças de diferentes níveis socioeconômicos, interferindo nas suas vivências. Além disso, tais diferenças parecem influenciar as imagens sociais compartilhadas e, conseqüentemente, a atribuição de características para os diferentes grupos, reforçando as crenças de que a criança pobre é diferente da criança de classe média, pois a primeira é vista de forma mais negativa, e a segunda de forma mais positiva, conforme os atributos escolhidos pelos participantes desse estudo.

(3) Infância Institucionalizada e Estatuto Socioeconômico

A infância de quem é afastado da família e encaminhado para uma instituição de acolhimento é singular, cujas peculiaridades não podem ser desconsideradas. Estas crianças chegam ao acolhimento por conta de violação dos seus direitos e sem outra alternativa de cuidado, o que remete à vulnerabilidade e a pobre rede de apoio social. Levam consigo uma bagagem de experiências adversas, maus tratos de todos os níveis (abandono, violência psicológica, física e sexual), sentimentos negativos, desamparo e, algumas, apresentam comportamentos desadaptativos. Esta contextualização faz com que a infância dessas crianças seja diferente daquelas que estão com as suas famílias vivenciam. Assim, tendo em vista essas questões, esperava-se que aspectos negativos aparecessem na análise. Primeiramente, serão apresentados os dados específicos das características atribuídas às crianças institucionalizadas e, posteriormente, uma integração com os dados das crianças de estatuto socioeconômico baixo e médio será realizada.

Foram encontrados 205 atributos no grupo de crianças institucionalizadas, sendo 40 características positivas e 165 características negativas. A Tabela 6 apresenta as frequências e os percentuais das categorias, considerando a sua valência negativa e positiva das crianças institucionalizadas. A análise evidenciou um resultado alarmante: estas crianças foram descritas consistentemente por características negativas, sendo essa diferença significativa em

todas as categorias. Para os participantes do estudo, as crianças institucionalizadas são abandonadas, vítimas, revoltadas, problemáticas, frustradas e carentes de afeto.

Tabela 6. Frequências e percentuais por valência negativa e positiva das crianças institucionalizadas

Categorias	Valência	f	%	Z	p
Segurança e Proteção	Negativa	37	86	-6,68	<0,001
	Positiva	6	14		
Atitudes Interpessoais	Negativa	27	81,8	-5,17	<0,001
	Positiva	6	18,2		
Educação e Escolaridade	Negativa	9	81,8	-2,98	0,003
	Positiva	2	18,2		
Características Pessoais	Negativa	32	72,7	-4,26	<0,001
	Positiva	12	27,3		
Afeto	Negativa	48	78,7	-6,33	<0,001
	Positiva	13	21,3		
Saúde	Negativa	12	92,3	-4,31	0,001
	Positiva	1	7,7		

Nota: *p<0,05; **p<0,001

Os dados encontrados indicaram que uma situação similar à criança de estatuto socioeconômico baixo parece ocorrer, embora de forma mais intensa e evidente, pois também predominaram atributos negativos nas respostas dos participantes. Os dados evidenciaram o processo de estigmatização presente nesse grupo. Destaca-se que dentre 205 atributos utilizados para a criança institucionalizada, apenas um atributo positivo foi mencionado com relação à saúde e dois com relação à educação e escolaridade. O predomínio de características negativas também foi encontrado em estudo semelhante de Calheiros et al (2015), realizado em Portugal, no qual tanto as crianças como os jovens em acolhimento institucional são vistos de forma negativa, inclusive com maior predomínio de atributos negativos. Portanto, percebe-se que apesar de ser outra realidade, crianças e adolescentes acolhidos de Portugal, as imagens difundidas no social sobre a população em acolhimento são equivalentes às imagens sociais encontradas no estudo do Brasil. Foi possível inferir que a imagem social compartilhada pela sociedade não compreende aspectos saudáveis dessas crianças, bem como não há grandes expectativas na área escolar.

As imagens sociais compartilhadas são construídas a partir da interação dos diferentes grupos que compõe a sociedade e atuam a partir da diferenciação entre estes. Portanto, muitas vezes, os aspectos negativos de um grupo (endogrupo) acabam sendo

rechaçados e direcionados sobre um outro grupo (exogrupo). Essas imagens negativas acabam se difundindo e criando os estereótipos sobre o grupo-alvo. Esse processo, estigmatização, acaba transmitindo uma identidade social que é vista como negativa ou desvalorizada de acordo com os atributos que foram rechaçados (CASAS, 2006a; MAJOR; O'BRIEN, 2005, TAJFEL, 1974). Considerando a vivência de adversidades e problemas familiares que essas crianças enfrentaram, muitas delas desde o nascimento, sabe-se que são crianças com necessidades específicas, muitas com sintomas afetivos e cognitivos, que exigem do social inúmeros encaminhamentos. Contudo, o que se evidenciou nesse estudo foi um negativismo generalizado, que invadiu inclusive dimensões que extrapolam a condição de institucionalizado, como aqueles incluídos nas categorias “Educação e Escolaridade” e “Características Pessoais”. De acordo com Arpini (2003), crianças e adolescentes que residem em instituições de acolhimento são, muitas vezes, vistos como um problema, pois representam o indesejado, ou seja, indivíduos que não tiveram uma vida como o esperado, por não estarem inseridos em sua família de origem, e que devido a isso acabam sendo culpados, de alguma forma, pela experiência da institucionalização. A autora ressalta que é necessário abandonar essa visão negativa sobre os acolhidos e sobre as instituições, através da transformação do estigma que carregam e que prejudica e dificulta a inserção social desses sujeitos.

Pode-se inferir através dos dados e dos achados da literatura que a institucionalização, portanto, ainda permanece sendo vista pela sociedade de forma negativa e como lugar da criança pobre e da família que não cumpriu com sua função social de cuidado e proteção. Segundo Guedes e Scarcelli (2014, p. 59), as instituições de acolhimento são atravessadas pelo “lugar no discurso social em que são colocadas essas famílias e a situação de institucionalização das crianças e adolescentes e, retroativamente, a instituição de acolhimento e seus agentes”. Segundo as autoras, essa ideia disseminada na sociedade advém dos modelos discursivos construídos no decorrer da história da institucionalização e da assistência à infância.

O histórico da institucionalização permite vislumbrar como se deu o funcionamento da atenção assistencial à infância no Brasil e também possibilita entender como esse processo repercutiu nas imagens sociais negativas atribuídas à infância institucionalizada. Esses aspectos possibilitam compreender a diferenciação entre crianças pobres e institucionalizadas dos outros tipos de crianças, pois, no Brasil, essas crianças acabaram recebendo vários tipos

de intervenções do Estado, além de uma construção social e de um rótulo que permitia que intervenções fossem realizadas sobre elas, distinguindo-as como um grupo heterogêneo.

A partir do rótulo da “situação irregular”, trazida pelos Códigos de Menores de 1927 e, posteriormente, de 1979, houve a distinção entre as infâncias e o aumento da estigmatização, pois bastava à criança estar nas condições pré-estabelecidas pelos códigos para ser enquadrada como desviante por legisladores, aplicadores da lei, técnicos assistenciais e a sociedade em geral. No entanto, conforme afirma Faleiros (2011), o último Código de Menores, de 1979, foi revogado com o advento do ECA, em 1990, que veio em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes através da Doutrina da Proteção Integral. De acordo com Guedes e Scarcelli (2014), a Constituição Federal de 1988 e o ECA balizam a discussão e o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros demonstrando um significativo avanço com relação às legislações anteriores relacionadas ao assunto. Conforme as autoras, o próprio termo direitos já indica um movimento em prol dos direitos sociais desses sujeitos, algo que vai além da simples beneficência ou caridade de outrora. Entretanto, para Fuziwara (2013), é necessário ainda o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, o que exige intensa mudança cultural.

Para compreender o lugar da infância pobre e de estatuto socioeconômico médio em comparação à infância institucionalizada, uma análise dos atributos dos três grupos foi realizada. A Tabela 7 apresenta a análise dos percentuais das crianças de estatuto socioeconômico médio e baixo em comparação às crianças institucionalizadas.

Tabela 7. Percentuais de atributos por crianças de estatuto socioeconômico médio e baixo e institucionalizadas

Categorias	Valência	CESM¹	CI²	Z	CESB³	CI²	Z
		%	%		%	%	
Segurança e Proteção	Negativa	4,7	44,6	-4,59**	25	44,6	-2,09*
	Positiva	25,6	7,2	2,85*	5	7,2	-0,47
Atitudes Interpessoais	Negativa	2,3	22,5	-3,86**	20	32,5	-1,44
	Positiva	14	7,2	1,21	7,5	7,2	0,05
Educação e Escolaridade	Negativa	4,7	10,8	-1,16	12,5	10,8	0,27
	Positiva	48,8	2,4	6,39**	12,5	2,4	2,26*
Características Pessoais	Negativa	25,6	38,6	-1,45	37,5	38,6	-0,11
	Positiva	30,2	14,5	2,1*	32,5	14,5	2,32*

Afeto	Negativa	2,3	57,8	-6,06**	32,5	57,8	-2,63*
	Positiva	62,8	15,7	5,38**	27,5	15,7	1,55
Saúde	Negativa	4,7	14,5	-1,66	25	14,5	1,42
	Positiva	11,6	1,2	2,6*	5	1,2	1,27

Nota: ¹CESM: Criança de estatuto socioeconômico médio; ²CI: Criança institucionalizada; ³CESB: Criança de estatuto socioeconômico baixo.
*p<0,05; **p<0,001

A análise demonstrou uma diferença evidente entre os atributos de valência predominantemente positiva relacionados às crianças de estatuto socioeconômico médio e os atributos de valência predominantemente negativa relacionados às crianças institucionalizadas. Foi possível constatar diferença estatisticamente significativa na comparação desses dois grupos (CESM e CI) em todas as categorias. Aspectos negativos de segurança e proteção, atitudes interpessoais e afeto estiveram significativamente mais presentes nas descrições das crianças institucionalizadas quando comparadas às crianças de estatuto socioeconômico médio, ao passo que aspectos positivos de segurança e proteção, educação e escolaridade, características pessoais, afeto, como também saúde estiveram significativamente mais presentes nas descrições das crianças de estatuto socioeconômico médio quando comparadas às crianças institucionalizadas.

Já com relação à atribuição de características para crianças de estatuto socioeconômico baixo e crianças institucionalizadas, houve diferença estatisticamente significativa em quatro categorias: “Segurança e Proteção”, “Educação e Escolaridade”, “Características Pessoais”, “Afeto”. Aspectos negativos de segurança e proteção e afeto estiveram significativamente mais presentes nas descrições das crianças institucionalizadas quando comparadas às crianças de estatuto socioeconômico baixo, ao passo que aspectos positivos de educação e escolaridade e características pessoais, estiveram significativamente mais presentes nas descrições das crianças de estatuto baixo quando comparadas às crianças institucionalizadas.

Esses resultados permitem inferir que os atributos escolhidos pelos participantes para descrever crianças de estatuto socioeconômico médio são considerados mais positivos em relação aos utilizados para descrever crianças institucionalizadas, que são em sua maioria negativos, isso indica que existe uma diferença significativa entre as imagens sociais concebidas para os dois tipos de crianças. Já os atributos que descrevem as crianças de

estatuto socioeconômico baixo se aproximam dos atributos descritos para crianças institucionalizadas, que em sua maioria são negativos. Portanto, as imagens sociais das crianças pertencentes ao estatuto socioeconômico médio são vistas de forma mais positiva pelos participantes da pesquisa e distinto dos demais grupos, pois as crianças de estatuto socioeconômico baixo e institucionalizada apresentam categorias em que predominam mais atributos negativos. Contudo, ainda mais negativas são as imagens das crianças institucionalizadas, inclusive distinguindo-as das crianças que convivem com suas famílias. Segundo Marchi e Gutiérrez (2015), o modelo de infância trazido pela sociedade moderna advém de um ideal doméstico burguês, denominado familiarismo, que cobra da família a criação de seus filhos. Ou seja, a criança ideal é a criança que foi criada, cuidada e educada pela sua família de origem, restando às outras crianças a imagem de criança não-ideal. Isso faz parte de uma ideia de infância construída e ratificada a partir do plano normativo, social e cultural da modernidade e que se encontra difundido na sociedade ocidental. Portanto, toda a criança que não cumpre com as normas e expectativas sociais acaba recebendo um rótulo negativo, o de estranho, indesejado ou anormal (MARCHI; GUTIÉRREZ, 2015).

Embora haja semelhança nos atributos mencionados para as crianças pobres e institucionalizadas, ainda foram encontradas evidências que retratam a criança institucionalizada mais negativamente no que se refere à educação e escolaridade, bem como afeto. Conforme Arpini (2003), essas características negativas acabam dificultando a aceitação e inserção social dos institucionalizados. Sendo assim, os dados deste estudo são relevantes e demonstram a necessidade de se adequar o previsto na legislação brasileira às práticas direcionadas às crianças institucionalizadas, não permitindo que as imagens negativas interfiram no trabalho com essas crianças ou na sua reinserção social, possibilitando que as medidas de proteção sejam efetivadas e que as crianças tornem-se livres de estigmas advindos do período de institucionalização. Dessa forma, estaria evitando-se uma (re)violação de seus direitos, percebendo a institucionalização como um espaço de proteção que foi necessário por um tempo determinado e que auxiliou como rede de apoio a essas crianças, inclusive atuando como promotora de saúde através de cuidados necessários e adequados (ABAID; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2012).

Para Cavalcante, Silva e Colino (2010), o social ainda percebe a intitucionalização de forma tradicional, ou seja, ainda voltada à infância pobre, abandonada e violada em seus direitos. Isso aparece refletido nos achados deste estudo quando se percebe semelhança

estatisticamente significativa entre as imagens sociais de crianças pobres (estatuto socioeconômico baixo) e crianças institucionalizadas em contraponto às crianças pertencentes ao estatuto socioeconômico médio, que além de pertencerem a um estatuto socioeconômico mais privilegiado, convivem com suas famílias. Conforme Márques (2011), isso implica a atribuição de características mais positivas, pois essas crianças estão mais próximas do modelo de criança ideal construído ao longo do tempo. Marchi e Gutiérrez (2015) destacam que desde o século XIX, e principalmente a partir da Modernidade, a infância passou a ocupar um lugar central na imagem de uma nação. Segundos as autoras, isso fez com que se criasse um modelo ideal de infância a ser seguido e, conseqüentemente, se criassem classificações infantis, ou seja, todas as crianças que não se encaixam nesse imaginário social de criança idealizada construído socialmente passaram a ser vistas como anormais, perigosas ou estranhas, sendo, inclusive, alvo de exclusão, desprezo, afastamento e institucionalização, pois precisava-se proteger as crianças ideais e a sociedade. Portanto, esse modelo ideal de infância perpassa o plano normativo e cultural construído com base nas normas e expectativas ocidentais (MARCHI; GUTIÉRREZ, 2015).

A partir do exposto, percebe-se que a literatura vem ao encontro dos dados deste estudo, pois a análise das categorias utilizadas para descrever cada tipo de criança possibilita inferir que as imagens sociais das crianças de estatuto socioeconômico médio diferem claramente dos outros dois tipos investigados, visto que para descrever estas crianças foram mais utilizados atributos positivos, em contraponto aos outros dois tipos de crianças, de estatuto socioeconômico baixo e criança institucionalizada, que apresentaram mais atributos negativos em sua concepção. Contudo, as imagens sociais encontradas no Brasil e em estudo semelhante em Portugal (CALHEIROS et al, 2015) demonstram que não são somente os acolhidos que sofrem com as imagens negativas, as instituições de acolhimento e as famílias das crianças e jovens acolhidos também são vistos de forma negativa e estereotipada.

Os achados do estudo de Rosa et al (2010) vem ao encontro dos resultados desta pesquisa, que indicam que tanto crianças pobres como acolhidas são vistas como desprotegidas, fragilizadas, abandonadas e vulneráveis, conforme o predomínio de atributos de valência negativa na categoria “Segurança e Proteção”. No estudo de Rosa et al (2010), realizado em uma instituição de acolhimento do estado do Espírito Santo, envolvendo crianças acolhidas, educadores sociais e todos os profissionais técnicos, foram encontradas crenças negativas, principalmente no discurso da equipe técnica e das educadoras sociais,

relacionadas à família, à pobreza e às crianças abandonadas. Para as autoras, ainda persiste no imaginário social, e no dos próprios profissionais que trabalham com a criança acolhida, a imagem da criança pobre como desprotegida. Essas imagens negativas dificultam que muitas crianças sejam reintegradas em suas famílias, aumentando significativamente a sua permanência na instituição de acolhimento. Assim, a pobreza acaba sendo uma justificativa para que muitas crianças sejam afastadas do ambiente familiar, fortalecendo, inclusive, estereótipos de incapacidade dessas famílias em criar seus filhos (ROSA et al, 2010; SCHÜTZ et al, 2014).

Portanto, apesar das mudanças legislativas, percebe-se que os acolhidos enfrentam dificuldades para acessar seus direitos e usufruir destes, principalmente, devido à imagem social negativa que possuem e aos estereótipos que carregam e lhe são atribuídos. Casas e Montserrat (2012) acreditam que esta população apresenta tais dificuldades, pois falta apoio necessário e adequado que produza resultados significativos na vida dos acolhidos. Segundo os autores, a própria carência de estudos e dados sistematizados sobre a realidade dessa população acabam contribuindo para a realidade social que vivenciam, visto que essa carência impede de se conhecer a realidade em maior profundidade. Estudo realizado por Siqueira et al (2015), a partir de uma intervenção em uma escola pública do interior do estado Rio Grande do Sul, que contou com a participação de mães e cuidadoras de crianças que frequentavam as séries iniciais da instituição escolar, revelou que ainda existe por parte da população um desconhecimento do conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da importância deste na garantia dos direitos desse público. Silva e Aquino (2005) corroboram essa ideia, pois acreditam que enquanto os dispositivos trazidos pelo ECA não forem plenamente cumpridos e houver um desconhecimento de seu conteúdo, ainda existirão dificuldades na execução dos direitos de crianças e adolescentes, assim como, conseqüentemente, entraves à inserção social das crianças em situação de abandono.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo possibilitaram compreender que existe um equilíbrio na maioria das categorias para a infância de forma geral, pois ao reunir os diferentes estatutos socioeconômicos, observou-se um maior predomínio de atributos positivos em algumas das categorias, sendo as crianças vistas como educadas, inteligentes e afetivas. Entretanto, quando os diferentes estatutos socioeconômicos são vistos separadamente, as crianças do estatuto socioeconômico médio são vistas pela sociedade de forma mais positiva, inclusive predominando atributos como privilegiadas, seguras e com boa autoestima. As crianças de baixo estatuto socioeconômico são vistas, por sua vez, predominantemente de forma negativa como solitárias, vulneráveis e dependentes.

A análise evidenciou ainda que quando comparadas as crianças dos diferentes estatutos socioeconômicos, tem-se uma visão de que a criança de baixo estatuto é inferior a criança de médio estatuto, mas não com relação às condições socioeconômicas e sim, de forma estatisticamente significativa, em suas atitudes interpessoais, pois são vistas de forma negativa, ou seja, como problemáticas, indisciplinadas, agressivas e revoltadas, conforme os atributos escolhidos pelos participantes. Portanto, percebe-se através desse estudo que as crianças pertencentes ao estatuto socioeconômico baixo permanecem carregando o estigma que adquiriram ao longo da história, ou seja, muitas crianças por pertencerem a uma classe social menos favorecida ainda carregam uma imagem negativa. Características como essas parecem indicar que existem expectativas de que essas crianças, de estatuto socioeconômico médio, devem se dedicar mais aos estudos e sua formação profissional do que as de estatuto socioeconômico baixo.

Com relação à criança institucionalizada os dados indicaram uma situação peculiar, ou seja, destacou-se um número extremamente maior de atributos de valência negativa, tendo inclusive diferença estatisticamente significativa em todas as categorias. Assim, essas crianças são vistas pela sociedade como revoltadas, problemáticas e frustradas. O que indica que crianças institucionalizadas são vistas de forma predominantemente negativa, mais ainda que as crianças de baixo estatuto socioeconômico. Portanto, as crianças em acolhimento são vistas de forma ainda mais estigmatizada, devido as suas vivências adversas e de institucionalização (afastamento familiar), invadindo inclusive outras dimensões de suas vidas como suas características pessoais e atitudes interpessoais. Quando comparadas às crianças de estatuto

socioeconômico médio, essas crianças possuem diferenças significativas em todas as categorias em contraponto às crianças de baixo estatuto, que apresentam diferenças significativas somente em quatro categorias. Portanto, as imagens sociais das crianças pertencentes ao estatuto socioeconômico médio são mais positivas na pesquisa e distintas das imagens dos demais grupos, pois as crianças de estatuto socioeconômico baixo e institucionalizada apresentam categorias em que predominam mais atributos negativos.

Os resultados do estudo permitem inferir que as imagens sociais negativas associadas às crianças pobres e institucionalizadas advêm da forma como foram tratadas ao longo do tempo, e que são reflexos da construção social e do imaginário da modernidade em torno da infância ideal. Isso fez com que o Estado criasse e desempenhasse práticas de regulação social em prol da criança ideal, da sociedade e da nação, visto que a infância passou a ter lugar central a partir do advento da Modernidade. Essas ideias aparecem expressas no histórico da legislação brasileira, principalmente na figura do menor, e influenciaram a forma como as crianças pobres foram e continuam sendo tratadas na sociedade, refletindo-se na institucionalização e nos estereótipos e imagens negativas atribuídas por leigos e/ou profissionais que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade expressas pelos participantes do estudo. O estigma carregado por essas crianças advém tanto do vínculo estabelecido, em algum momento de suas vidas, com a instituição de acolhimento, como do seu vínculo familiar de violação de direitos, ou até mesmo a sua pertença a um baixo estatuto socioeconômico. Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade diz proteger a criança, através da garantia de seus direitos, acaba, por outro lado, restringindo suas possibilidades de superação das violações sofridas.

Outro aspecto pertinente ao estudo é a discussão sobre as dificuldades no cumprimento com o preconizado pela legislação de proteção da criança e do adolescente. Os entraves no reconhecimento e efetivação da lei, entretanto, são mais sociais do que propriamente normativos, ou seja, apesar das modificações na legislação voltada à criança e ao adolescente, que reconhecem as crianças enquanto cidadãos detentores de direitos sociais, percebe-se na sociedade atitudes que remetem ainda à criança enquanto objeto de tutela dos pais e/ou responsáveis ou até mesmo do Estado. Essas atitudes interferem na forma como as crianças são tratadas e, repercute na violação dos seus direitos. Portanto, são necessárias mudanças de atitude em relação à forma como as crianças tem sido tratadas, pois muitas continuam sendo violadas, discriminadas e estigmatizadas.

Os dados encontrados também podem auxiliar em atitudes em prol da criação de ações voltadas a desestigmatização da infância vulnerável, evitando rótulos, discriminação, revitimização e sofrimento. Tais ações podem ser implementadas através de programas de prevenção e intervenção voltados a formação e capacitação dos profissionais que atuam junto a crianças em situação de risco, para que reflitam sobre suas ações e auxiliem na desestigmatização dessa população, evitando que as crenças errôneas difundidas na sociedade prejudiquem o atendimento dessas crianças, como também palestras às instituições, escolas, sistema de justiça e assistência social e divulgação dos resultados no meio científico.

Ações e práticas que possibilitem o fortalecimento dos laços familiares e comunitários são importantes, pois proporcionam bem-estar e subsídios para o futuro desligamento institucional, reintegração familiar e reinserção social da criança acolhida. Sendo assim, mostra-se necessário a desconstrução da imagem negativa atrelada a criança acolhida para que estas possam viver livre de estigmas e preconceito. Pensando nisso, deve-se refletir sobre o papel da Psicologia na transformação dessa realidade social trazida pelos achados da pesquisa e no quanto o Psicólogo pode contribuir para a desestigmatização dessas crianças através da sua prática.

Para finalizar, cabe ressaltar a escassez de achados na literatura sobre a criança de classe média e sobre o comparativo entre crianças de diferentes classes sociais ou estatutos socioeconômicos. Talvez até mesmo pela dificuldade em acessar as crianças do estatuto socioeconômico médio, devido a um modo de vida mais privado, em contraponto as crianças pobres, que são alvo de políticas públicas e mais propensas, portanto, as intervenções do Estado e da sociedade sobre suas vidas domésticas. O estudo também pode contribuir com a reflexão sobre a discriminação da pobreza e da criança de estatuto socioeconômico baixo, pois os dados indicaram imagens sociais negativas atreladas a essa população. Além disso, serve como balizador de novas discussões sobre esse assunto, destacando a importância de estudos que possam comparar diferentes estatutos socioeconômicos e problematizar as diferenças e semelhanças existentes e como estas interferem nas vivências dos sujeitos. Sugere-se também que se ampliem os estudos e dados sistematizados sobre as imagens sociais do público em acolhimento institucional como de outros públicos (pessoas em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei), visto a influência que estas ocasionam sobre a vida dos sujeitos e a importância de se prevenir os prejuízos que podem causar. Quanto às limitações do estudo, pode-se ressaltar a sugestão de que o questionário não seja auto-aplicado, pois se

percebeu, a partir da análise dos dados, que houve o descarte de dados por se observar palavras e expressões que não se constituíam características/atributos, o que pode ter influenciado os resultados encontrados.

É tempo de garantir os direitos a todas as crianças de forma igualitária e justa. É tempo de focar nas potencialidades e possibilidades que a infância possui em si, e não limitar as expectativas às vivências não ideais e condições socioeconômicas. Primeiro passo para promover a mudança de aspectos tão enraizados na sociedade é a conscientização do processo de estigmatização reproduzido, para assim, buscar seu combate e a construção de imagens sociais que sejam positivas por regra, e não por exceção.

7. REFERÊNCIAS

ABAID, J.L.W.; SIQUEIRA, A.C.; DELL'AGLIO, D.D. Implicações legais e desenvolvimentais no acolhimento institucional: possibilidades e desafios em uma perspectiva psicológica. In: ARPINI, D.M.; SIQUEIRA, A.C. (Orgs.). **Psicologia, famílias e leis: desafios à realidade brasileira**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

ACEVEDO, K; QUEJADA, R; YÁNEZ, M. Estudio transversal de los determinantes del trabajo infantil em Cartagena, ano 2007. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales**, v. 2, n. 9, p. 589-606, 2011.

ALEXANDRE, N.M.C.; COLUCI, M.Z.O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ARPINI, D.M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 21, n.3, p. 70-75, 2003.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BAPTISTA, M.V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, v. 109, p. 179-199, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Código de Menores**. Diário Oficial da União. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Brasília, DF, 1979.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: DF, 1990.

_____. **Nova Lei Nacional da Adoção**. Lei nº12.012, de 3 de agosto de 2012. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 10 de dezembro de 2012. Brasília: DF, 2012a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Dados IBGE 2012**. Brasília: DF, 2012b.

CALHEIROS, M.M. et al. Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed? **Children and Youth Services Review**, n. 55, p. 159-169, 2015.

CAMPOS, C.J.G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CASAS, F. Imatges socials de la infància. **Dossier**, RTS, n. 179, 2006a.

_____. Infancia y representaciones sociales. **Política y Sociedad**, v. 43, n. 1, p. 27-42, 2006b.

_____. Representaciones sociales que influyen em las políticas sociales de infância y adolescência em Europa. **SIPS – Revista Interuniversitaria de Pedagogia Social**, n. 17, p. 13-26, 2010.

CASAS, F; MONTSERRAT, C. Percepciones de distintos agentes sociales acerca de La educación formal de los chicos y chicas tutelados. **Educatio Siglo XXI**, v. 30, n. 2, p. 185-206, 2012.

CAVALCANTE, L.I.C.; SILVA, S.S.C.; COLINO, C.M. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 10, n. 4, p. 1147-1172, 2010.

DOMINGUES, A.L. **Imagens associadas às famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional**. 2013. 30f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores) - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 2013.

FALEIROS, V.P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILLOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, M.C. A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 26, (n. esp.), p. 51-64, 2010.

FUZIWARA, A.S. Lutas sociais e direitos humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 527-543, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008a.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. de Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

GUARÁ, I.M.F. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M.V. (Org.). **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo, Instituto Camargo Corrêa, 2006.

GUEDES, C.F.; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência a infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, (n. esp.), p. 58-67. 2014.

GUERRA, V.N.A. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GULASSA, M.L.C.R. (Org.). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

GURSKI, R. O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 01, p. 61-78, 2012.

JAEGER, F.P. Infância, violência e relações de gênero. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M.P.R.; JAEGER, F.P. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

JESUÍNO, J.C. A psicologia social europeia. In: VALA, J.; MONTEIRO, M.B. (Coord.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberian, 2004.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KRÜGER, K.B.; SILVA, J.A. Violência sexual intrafamiliar: o papel da família na proteção de crianças e adolescentes. In: KRÜGER, K.B.; OLIVEIRA, C.F. (Org.). **Violência intrafamiliar**: discutindo facetas e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

LANE, S.T.M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAREAU, A. A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 13-82, 2007.

LAUZ, G.V.M.; BORGES, J.L. Concepção de família por parte de crianças em acolhimento institucional e por parte de profissionais. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 852-867, 2013.

LEITE, M.L.M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LOPES, M.D.C.; ARPINI, D.M. Retratos da infância: um olhar voltado às instituições de abrigo. In: ARPINI, D.M. (Org.). **Psicologia, família e instituição**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

MAJOR, B.; O'BRIEN, L.T. The Social Psychology of Stigma. **Annual Reviews Psychol.** v. 56, p. 393-421, 2005.

MARCHI, R.C.; GUTIÉRREZ, I.Z. La “limpieza social” en la construcción de la infancia moderna: aproximación teórica e histórica sobre los niños en situación de calle en Brasil y Colombia. **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, v. 20, n.1, p. 19-40, 2015.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MÁRQUES, F.T. Intolerâncias e in[ter]venções: “menores” e “crianças” no imaginário social brasileiro. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 2, n. 9, p. 797-809, 2011.

MARTELLET, E.C.; SIQUEIRA, A.C. Apego e adolescência institucionalizada: estudo de caso. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 77, p. 63-79, 2014.

MENDONÇA, M.H.M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(suplemento), p. 113-120, 2002.

MIRANDA, M.G. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 125-135.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NARODOWSKI, M. Adeus à infância (E à escola que a educava). In: SILVA, L. H. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

NASCIMENTO, C.T.; BRANCHER, V.R.; OLIVEIRA, V.F. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 23, n. 79, 2008.

PAZ, J.A.; PISELLI, C. Trabajo infantil y pobreza de los hogares em la Argentina. **Revista Problemas del Desarrollo**, n. 166, v. 42, p. 135-160, 2011.

PEREZ, J.R.R; PASSONE, E.F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010.

RIZZINI, I; GONDRA, J.G. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, p. 561-584, 2014.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROSA, E.M. et al. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 233-241, 2010.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 38. ed. Petrópolis: RJ, 2011.

SAETA, B.R.P.; NETO, J.C.S. A criança e o adolescente na sociedade brasileira. In: NETO, J.C.S.; NASCIMENTO, M.L.B.P. (Orgs.). **Infância: violência, instituições e políticas públicas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

SAMPIERI, R,H; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. Trad. de Fátima Conceição Murad; Melissa Kassner; Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANDIN, B. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia: reflexões sobre o século da criança. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 16-34, 1999.

SANTOS, B.R. **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias**. 1996. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais-Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SCHÜTZ, F.F. et al. Subjective well-being of children in residential care centers: comparison between children in institutional care and children living with their families. **Psicoperspectivas: individuo y sociedad**, v. 15, n. 1, p. 19-30, 2014.

SCOTT, J.B.; CEZNE, G.O.M. O vínculo afetivo e a prática do advogado familiarista. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Porto Alegre, v. 26, p. 30-46, 2012.

SIQUEIRA, A.C. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Estudo de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 437-444, 2012.

SIQUEIRA, A.C.; DELL'AGLIO, D.D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.

SIQUEIRA, A.C. et al. Oficinas de prevenção à violência: trabalhando com mães no contexto escolar. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 405-407, 2015.

SILVA, E.R.A.; AQUINO, L.M.C. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2005.

SILVA, I.S.; TONIOLO, J.M.S.A. A criança como “ser de direitos”: da invenção da infância à garantia desse direito. In: ANTUNES, H.S. (Org.). **Escola que protege**: dimensões de um trabalho em rede. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

SILVA, M.L.; ARPINI, D.M. O acolhimento institucional na perspectiva da nova Lei de Adoção. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 15, n. 3, p. 95-106, 2013.

SOARES, L.E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

TAJFEL, H. Social identity and intergroup behaviour. **Social Science Information**, v. 13, n. 1, p. 65-93, 1974.

VASCONCELOS, Q.A.; YUNES, M.A.M.; GARCIA, N.M. Um estudo ecológico sobre interações da família com o abrigo. **Paidéia**, v. 43, n. 19, p.221-229, 2009.

VIDIGAL, C. Acolhimento institucional: não se pode perder o menino de vista. In: SIQUEIRA, A.C.; JAEGER, F.P.; KRUEL, C.S. (Coords.). **Família e violência**: conceitos, práticas e reflexões críticas. Curitiba: Juruá, 2013.

Anexo A

Questionário (versões 1a, 1b, 2a e 2b)

Questionário 1a

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de crianças hipotéticas e os seus respectivos contextos de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

Imagine uma família de três pessoas, em que os dois pais têm emprego e veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm, no mínimo, o ensino médio completo. Esta família tem uma moradia confortável e com boas condições.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que seja filha destes pais. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam esta família.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

O acolhimento em Abrigos constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que vive numa instituição. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam a família de uma criança neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria uma instituição de acolhimento? Escreva 5 características que descrevam estas instituições.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Conhece alguma criança ou jovem que se encontre em acolhimento institucional? Sim / Não

Se sim, em que circunstâncias a conheceu (na sua vida privada, profissional...)?

Dados sociodemográficos:

Sexo: F / M ; Idade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____; Profissão: _____

Trabalha na área de crianças em risco e perigo? Sim Não

Se sim, descreva a instituição onde trabalha. _____

Rendimento médio mensal:

Individual: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Familiar: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Tem filhos? Sim / Não

Se sim quantos e com que idades? 1 ; 2 ; 3 ; 4 ; 5 ; +5

Questionário 1b

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de crianças hipotéticas e os seus respectivos contextos de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O acolhimento em Abrigos constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que vive numa instituição. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam a família de uma criança neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria uma instituição de acolhimento? Escreva 5 características que descrevam estas instituições.

1. _____

2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Imagine uma família de três pessoas, em que os dois pais têm emprego e veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm, no mínimo, o ensino médio completo. Esta família tem uma moradia confortável e com boas condições.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que seja filha destes pais. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam esta família.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Conhece alguma criança ou jovem que se encontre em acolhimento institucional? Sim / Não

Se sim, em que circunstâncias a conheceu (na sua vida privada, profissional...)?

Dados sociodemográficos:

Sexo: F / M ; Idade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____; Profissão: _____

Trabalha na área de crianças em risco e perigo? Sim Não

Se sim, descreva a instituição onde trabalha. _____

Rendimento médio mensal:

Individual: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Familiar: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Tem filhos? Sim / Não

Se sim quantos e idades? 1 ; 2 ; 3 ; 4 ; 5 ; +5

Questionário 2a

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de crianças hipotéticas e os seus respectivos contextos de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

Imagine uma família de três pessoas, em que, um ou os dois pais estão desempregados e não possuem veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm, no máximo, o ensino fundamental. Esta família tem uma moradia pouco confortável e com condições deficitárias.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que seja filha destes pais. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam esta família.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

O acolhimento em Abrigo constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que vive numa instituição. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam a família de uma criança neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria uma instituição de acolhimento? Escreva 5 características que descrevam estas instituições.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Conhece alguma criança ou jovem que se encontre em acolhimento institucional? Sim / Não

Se sim, em que circunstâncias a conheceu (na sua vida privada, profissional...)?

Dados sociodemográficos:

Sexo: F / M ; Idade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____; Profissão: _____

Trabalha na área de crianças em risco e perigo? Sim Não

Se sim, descreva a instituição onde trabalha. _____

Rendimento médio mensal:

Individual: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Familiar: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Tem filhos? Sim / Não

Se sim quantos e idades? 1 ; 2 ; 3 ; 4 ; 5 ; +5

Questionário 2b

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de crianças hipotéticas e os seus respectivos contextos de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O acolhimento em Abrigo constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que vive numa instituição. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam a família de uma criança neste contexto.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Como descreveria uma instituição de acolhimento? Escreva 5 características que descrevam estas instituições.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

Imagine uma família de três pessoas, em que, um ou os dois pais estão desempregados e não possuem veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm, no máximo, o ensino fundamental. Esta família tem uma moradia pouco confortável e com condições deficitárias.

Pense em uma criança (entre 0 e 12 anos) que seja filha destes pais. Como descreveria esta criança? Escreva 5 características de uma criança que viva neste contexto.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

Como descreveria a família desta criança? Escreva 5 características que descrevam esta família.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

Conhece alguma criança ou jovem que se encontre em acolhimento institucional? Sim /

Não

Se sim, em que circunstâncias a conheceu (na sua vida privada, profissional...)?

Dados sociodemográficos:

Sexo: F / M ; Idade: _____ Estado Civil: _____

Escolaridade: _____; Profissão: _____

Trabalha na área de crianças em risco e perigo? Sim Não

Se sim, descreva a instituição onde trabalha. _____

Rendimento médio mensal:

Individual: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Familiar: <R\$500,00 R\$500,00-R\$1.000,00 R\$1.000,00-R\$2.000,00
R\$2.000,00-R\$3.000,00 >R\$4.000,00

Tem filhos? Sim / Não

Se sim quantos e idades? 1 ; 2 ; 3 ; 4 ; 5 ; +5

Anexo B

UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar a imagem social de crianças e adolescentes que vivem em diferentes contextos, tais como família e instituição. Além disso, pretendemos conhecer como estas imagens variam e como são socialmente e culturalmente construídas.

Para isso, você será convidado a responder algumas perguntas em uma entrevista sobre a sua opinião a respeito de diferentes situações de vida de crianças e adolescentes. A duração desta entrevista é de aproximadamente 20 minutos. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo.

A qualquer momento, informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo poderão ser solicitadas. Os dados obtidos através desta entrevista serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos. Não estão previstos riscos aos participantes desta pesquisa, pois ela não envolve questões potencialmente capazes de gerar desconforto. Porém, na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será oferecido o encaminhamento necessário.

Não estão previstos benefícios diretos aos participantes, porém há um benefício à população, pois os resultados do estudo poderão ajudar a melhorar a imagem social de crianças e adolescentes que vivem em diferentes contextos, contribuindo para seu desenvolvimento saudável. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora Dalbosco Dell’Aglío.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51) 33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos e da justificativa dessa pesquisa, sobre a imagem social de crianças e adolescentes de diferentes contextos, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais dando meu consentimento livre e esclarecido em participar desse estudo.

Assinatura do participante Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do NEPA/UFRGS Data __/__/__